



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

Niara Paz Romero Forrest

**Gênero e relações de poder na Biblioteconomia:**

**FCI e BCE**

**1966 – 2014**

Brasília DF

Setembro de 2014

M188r Forrest, Niara Paz Romero.

Gênero e relações de poder na Biblioteconomia: FCI e BCE.  
1966 – 2014 / Niara Paz Romero Forrest. – Brasília, 2014.

85 f.; 30 cm.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de  
Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2014.

Orientação: Ana Lúcia de Abreu Gomes.

1. Emancipação feminina 2. Gênero 3. Gênero no trabalho 4.  
Gênero na Biblioteconomia 5. Empoderamento. Gomes, Ana Lúcia  
de Abreu II. Título.

CDU 02

Niara Paz Romero Forrest

**Gênero e relações de poder na Biblioteconomia:**

**FCI e BCE**

**1966 – 2014**

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília DF

2014



**Título: Gênero e relações de poder na biblioteconomia: FCI e BCE.**

**Aluna:** Niara Paz Romero Forrest

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 15 de setembro de 2014.

**Ana Lúcia de Abreu Gomes** - Orientadora  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em História Cultural

**Sofia Galvão Baptista** – Membro  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação

**Deborah Silva Santos** – Membro  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Mestre em História Social

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à primeira pessoa que me ensinou a problematizar as questões de gênero: minha mãe e amiga, Marcela Romero. Dedico também a minha companheira, que sempre me apoia, Danielle Bontempo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Danielle Bontempo, pelo amor. À Marlene Rodrigues, por todo o carinho, agradeço por tê-la presente sempre.

À minha mãe, por estar sempre aberta para conversas e carinhos. Agradeço as minhas irmãs e amigas Luz de Amor, Aline Tona e Alba, que compartilham tudo comigo. Ao meu pai, que me faz sentir capaz de qualquer coisa que eu me proponha a fazer.

A Ana Abreu, por ter sido uma professora inspiradora e por ter tido tanta paciência e ter me incentivado como orientadora.

A Cléo e Ana Cristina do arquivo na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, por me receber com atenção e por toda ajuda na pesquisa

Aos funcionários da FCI, e especialmente ao Reginaldo, que merece reconhecimento por todo o comprometimento com o trabalho realizado na Faculdade.

## RESUMO

Esta monografia tem o objetivo de contribuir para as discussões acerca de algumas questões de gênero na Biblioteconomia e contribuir para a identificação das diferentes representações femininas nessa profissão. Faz-se uma revisão de literatura sobre a emancipação feminina, gênero como conceito, gênero no trabalho e na Biblioteconomia. Em seguida faz-se uma revisão de literatura voltada para as questões de poder envolvidas em questões de gênero colocando o empoderamento e o gerenciamento dos espaços domésticos pelas executivas, e as dificuldades que as mulheres encontram para ascender a níveis superiores na hierarquia organizacional com a teoria do teto de vidro. Faz-se um breve estudo de caso da primeira mulher que assumiu a direção da Biblioteca Nacional, Jannice de Mello Monte-Mór. E por fim, para dar validade a teoria de segregação horizontal e vertical, apresentadas como forma de justificar que a profissão seja feminina e que as mulheres encontrem mais dificuldades para assumir cargos de poder que homens, respectivamente, faz-se uma análise quantitativa de mulheres e homens formados na Faculdade de Ciência da informação e de funcionários e diretores da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Os resultados esperados com a pesquisa dizem respeito à sistematização dos dados de gênero tanto no curso de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da informação como na Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

**Palavras-chave:** Emancipação feminina. Gênero. Biblioteconomia. BCE. FCI. Empoderamento.

## **Abstract**

The purpose of this monograph is to make a contribution to current discussion on certain gender issues in Library Science (Biblioteconomy, or Librarianship) with aims to identifying various aspects of female representativeness in the field. A review of the literature on female emancipation, gender as a concept, gender at work, and gender in Librarianship has been carried out, coupled to a review on the literature regarding gender power issues in relation to empowerment, and the management of the housewife role by executive women, as well as the difficulties that women encounter in rising to the upper rungs of the organizational hierarchy due to the glass ceiling effect. A brief case study is carried out regarding the first woman appointed to direct the Brazilian National Library, Jannice de Melo Monte-Mór. Finally, in order to validate the theory of horizontal segregation, in that the field itself is predominantly female, and vertical segregation, in that women face greater obstacles in obtaining the most powerful jobs than men, a quantitative analysis is made comparing the gender ratio of the Information Sciences Faculty alumni with that of the University of Brasilia Central Library staff and directors. The results from this study are expected to foster the systematization of gender data both in the Library Sciences undergraduate course and the Central Library of the University of Brasilia.

**Key words:** Female emancipation. Gender. Library Science. BCE. FCI. Empowerment.

## **Lista de ilustrações**

Figura 1: Organograma da Biblioteca Nacional 1974.....	57
Figura 2: Organograma proposto por Jannice Monte-Mór para a Biblioteca Nacional em 1974.....	57
Figura 3: Gráfico com a porcentagem de alunos de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da informação segundo o sexo(1966-2013).....	62
Figura 4: Gráfico com a porcentagem de funcionários da BCE segundo o sexo (2000 - 2014).....	63
Figura 5: Gráfico com a porcentagem de mulheres e homens que dirigiram a Biblioteca Nacional(1962-2011).....	64

## **Lista de tabelas**

Tabela 1: Tabela com o total de alunos de Biblioteconomia segundo o sexo (1966-2013).....	61
Tabela 2: Tabela com o total de funcionários da BCE segundo o sexo (2000-2014).62	
Tabela 3: Tabela com o total de funcionários da BCE segundo o sexo (2000-2014).63	

## Lista de siglas

BCE	Biblioteca Central da Universidade de Brasília
BN	Biblioteca Nacional
BNM	Projeto Brasil: Nunca Mais
CALCO	Catálogo Legível por Computador
CDMB	Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira
CMB	Centro da Mulher Brasileira
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
IBBD	Instituto Brasileiro de bibliografia e Documentação
INL	Instituto Nacional do Livro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISBN	International Standard Book Number
MARC	Machine-Readable Cataloging
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRODASEN	Processamento Eletrônico de Dados no Senado
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
UNISIST	Sistema de Informação Científica Internacional das Nações Unidas

## Sumário

Introdução .....	12
1 Revisão de literatura .....	14
1.1 Processos de emancipação feminina no Brasil .....	14
1.2 Gênero.....	28
1.2.1 Gênero e trabalho .....	30
1.2.2 Gênero na biblioteconomia .....	34
1.3 Mulheres no poder.....	40
1.3.1 Empoderamento.....	40
1.3.2 Gerenciamento do espaço doméstico pelas executivas.....	42
1.3.3 Teto de vidro.....	44
2 O problema.....	46
3 Objetivo geral .....	49
3.1 Objetivos Específicos.....	49
4 Metodologia.....	49
5 Análise.....	51
5.1 Biblioteca Nacional .....	51
5.2 Jannice de Mello Monte-Mór.....	54
5.3 Direção de Jannice de Mello Monte-Mór .....	55
6 Análise quantitativa dos alunos da FCI, funcionários da BCE e diretores da BCE.	59
6.1 Alunos FCI .....	61
6.3 Diretores da BCE .....	63
Conclusão .....	65
Referências bibliográficas .....	67
ANEXO A: Tabela com a quantidade de alunos na FCI separados segundo o sexo entre os anos de 1966 a 2013.....	75
ANEXO B: Tabela com a quantidade de funcionários bibliotecários na BCE, segundo o sexo, entre os anos de 2000 a 2014. ....	77
ANEXO C: Tabela com o nome de ex-diretores e atual diretor, com data de entrada e saída da gestão.....	77

## Introdução

A história do ocidente no século XIX é marcada pela submissão e inferioridade da mulher em relação ao homem. Religiosos, pensadores, políticos e filósofos acreditavam e pregavam teorias de que a mulher deveria ser submissa ao homem e que devia ficar restrita ao ambiente doméstico e à maternidade. Acreditavam que a natureza biológica feminina as fazia inferior – na força e na dignidade – aos homens. A história foi escrita por homens, que excluíam ou ignoravam as mulheres, e por isso é que são escassos os registros e documentos oficiais da participação das mulheres, que tiveram sim suas áreas de influência e papéis importantes de decisão para a construção do Brasil<sup>1</sup>.

Acredita-se que somente no século XX, as mulheres começam a debater questões de igualdade de gênero, por meio de livros, artigos, discursos e debates, e conquistam alguns direitos que anteriormente somente os homens possuíam. Em 1927 passaram a ter legalmente o direito à educação básica, chamada primeiras letras na época. Cinco anos depois é reconhecido o voto feminino no Código Eleitoral de 1932, que foi incorporado na Carta Constitucional em 1934, e que só foi possível graças à luta das mulheres, e em especial a Bertha Lutz e Nathércia Silveira, que faziam parte da comissão que ratificou o voto feminino<sup>2</sup>.

Apesar dos estudos sobre a mulher se intensificarem na década de 1970 – com o movimento feminista contemporâneo – somente em 1980 é que se passa a utilizar o termo gênero. Inicialmente a distinção entre homens e mulheres era estudada sob a ótica biológica, diferenciando-os segundo sua morfologia e usando argumentos “biologizantes” para desqualificar as mulheres física, intelectual e moralmente. Após a chamada “segunda onda” do feminismo, passou-se a usar e discutir a diferença entre homens e mulheres sob o ponto de vista de gênero, que

---

<sup>1</sup>Ver. CUNHA, M. de F. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **História e Ensino**: Revista do laboratório de Ensino de História, Londrina, v. 6, p. 142, 2000.

<sup>2</sup>Ver. PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. 262 p.

coloca essa distinção como uma construção sociocultural que provoca uma relação assimétrica.

Entre diversos estudos de gênero realizados, as hierarquias de poder estão presentes no centro da temática, uma vez que o poder permeia as relações de gênero estabelecidas entre homens e mulheres. O empoderamento, termo que se refere à capacidade de indivíduos ou grupos decidirem sobre suas próprias questões, é utilizado pelo feminismo como poder que reconhece as mulheres, desafia as estruturas patriarcais e significa uma mudança nas relações de poder exercidas pelos homens sobre as mulheres, dando autonomia e controle sobre seus próprios corpos e repúdio a qualquer tipo de violência.

As questões de gênero perpassam por diversos espaços sociais, inclusive os trabalhos, onde as chamadas segregação horizontal e vertical estão presentes e representam, respectivamente, a distinção de profissões para homens e mulheres – que resultam em diferença salarial e ocupacional – e as desigualdades de possibilidades de ascender níveis hierárquicos mais altos nas instituições. Mesmo quando as mulheres rompem com o teto de vidro – metáfora usada para ilustrar a dificuldade que as mulheres têm para ascender a cargos de poder – seguem sendo as responsáveis por gerenciar as atividades do espaço doméstico ou de executar tais atividades.

Articular esses conceitos e questões de gênero na Biblioteconomia é pertinente haja visto que é uma profissão predominantemente formada por mulheres, podendo ser considerada uma profissão feminina e que, segundo Walter e Baptista (2007, p. 32), essa predominância está intimamente ligada à desvalorização da profissão. Questionar os aspectos sociais que levaram as mulheres a atuarem em profissões, como a Biblioteconomia, nas quais os profissionais desenvolvem atividades associadas ao cuidado da sociedade – considerado uma extensão das atividades em âmbito privado – e as dificuldades encontradas para assumir cargos no topo da hierarquia organizacional, é relevante para compreender os conflitos e perfis dos profissionais da área.

O trabalho pretende sistematizar algumas questões de gênero na Biblioteconomia e, para tanto, se faz um breve estudo de caso da gestão realizada

pela primeira vez por uma mulher – Jannice de Mello Monte-Mór – na atual Fundação Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro. Jannice Monte-Mór esteve à frente da direção da BN (Biblioteca Nacional) por quase dez anos – 1971 a 1979 – e seu trabalho teve um grande reconhecimento. Tinha como objetivo atender as necessidades culturais do país e fez grandes e positivas mudanças na instituição.

Como contribuição aos estudos na área procuramos sistematizar por meio de uma análise quantitativa dados relativos à Faculdade de Ciência da Informação (FCI) e da Biblioteca Central, ambos da Universidade de Brasília, como forma de dialogar com as questões de gênero desenvolvidas no trabalho. Foram recolhidas informações sobre os alunos da FCI na secretaria da Faculdade e as informações dos funcionários e diretores da BCE (Biblioteca Central da Universidade de Brasília) foram coletadas no arquivo da própria Biblioteca. Os anos compreendidos nas amostras são de 1966 a 2013 para as informações colhidas na FCI, e de 2000 a 2012 na BCE.

Gênero na Biblioteconomia é um tema pouco explorado nas pesquisas – o que dificulta a discussão – e em consequência disso, pouco consolidado. Foi observada a relevância de explorar o tema, em uma profissão feminina e desqualificada, para que ao menos inicialmente sejam visibilizados os motivos do pouco prestígio ou baixo “status social” que tem a profissão.

## **1 Revisão de literatura**

### **1.1 Processos de emancipação feminina no Brasil**

No Brasil, a despeito do não reconhecimento, as mulheres tiveram suas áreas de influência, tiveram papéis relevantes e contribuíram nas decisões para a construção do país. Porém, até pouco tempo atrás pouca atenção se havia dado para as atividades das mulheres brasileiras e diferentes textos historiográficos mostravam marginalmente a presença destas nas narrativas e não relatavam a dimensão da sua participação.

A maioria desses estudos coloca em discussão a imagem que se tinha da mulher até o século XIX, quando esta era identificada – e identificava-se – como 'pária'<sup>3</sup> da sociedade, condição que serviu para construir a imagem da "diferença" e da "exclusão", constitutiva da consciência-identidade feminina neste século. (CUNHA, 2008, p. 143)

Outro fator relevante para a ausência de informações com respeito à participação das mulheres está relacionado à educação. Segundo Mattos (1990, *apud* NORONHA, 2006, p. 66) no início do século XIX mais de 95% das mulheres brasileiras eram analfabetas. A ausência de letramento destas resultou na escassez de fontes de informação para a construção da história da mulher e os especialistas se viam obrigados a consultar os raros documentos disponíveis, alguns dos quais não convencionais<sup>4</sup>.

Como ressalta Rodrigues e Marques (2007)<sup>5</sup> durante séculos, no ocidente, as mulheres foram subordinadas e dependentes aos pais e maridos e afastadas da educação formal. Desde cedo as ensinavam a ser boas mães e esposas, por meio de ensinamentos das escravas, mães e avós aprendiam a bordar, costurar, cozinhar e outros afazeres ligados ao espaço privado. Diante da tradição e da religiosidade familiar que ditavam o respeito, a obediência e a honestidade, a educação de uma mulher poderia significar o abandono de sua "vocaçãõ" como mãe e esposa.

A educação das mulheres concentrava-se na preparação para o seu destino último: esposas e mães. Mesmo os homens brasileiros que se consideravam progressistas e que aprovavam a 'igualdade universal proclamada pelo Cristianismo', acreditavam que o objetivo da educação feminina era a preparação para a maternidade. Basicamente, as meninas deveriam aprender a cuidar bem de suas casas, pois lhes cabia a obrigação de garantir a felicidade dos homens. Todavia, alguma educação era bem acolhida, pois se tornariam melhores mães para os filhos e melhores companheiras para os maridos. Embora o homem tradicional e progressista assumissem juntos que as mulheres pertenciam ao lar, o segundo admitia ampliar o papel da mulher na família, enfatizando-lhe o poder de orientar moralmente suas crianças e fornecer bons cidadãos ao país. (HAHNER, 2003, p. 123-124).

---

<sup>3</sup> Ver. VARIKAS, E. Pária: Uma Metáfora da Exclusão das Mulheres. **Revista Brasileira de História: A Mulher e o Espaço Público**, São Paulo, vol. 09, n. 18, p. 19, 1989.

<sup>4</sup>Ver. HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003. 24 p.

<sup>5</sup><http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec03/article/viewFile/310/386>

Em 1827, com a Lei geral do ensino de 5 de outubro<sup>6</sup>, se tornou legalmente possível o acesso das mulheres à educação escolar, mesmo que restrita em comparação à dos homens, essa lei permitia o acesso feminino somente a escolas de primeiras letras. A partir da abertura legal do curso normal secundário, também se abriram possibilidades ao ensino superior.

O feminismo teve que se enfrentar, ainda, com o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. Pressupõe, assim, recursos de ordem simbólica não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais. (SARTI, 2001, p. 43).

Na metade do século XIX, brasileiras, moradoras de capitais ou de cidades menores, que defendiam a emancipação feminina, começaram a lutar pelo acesso das mulheres às instituições de ensino superior. Houve muitas barreiras e restrições para que as mulheres pudessem alcançar o direito à educação, e somente em 1879, com a Lei Leôncio de Carvalho, as mulheres puderam garantir o direito a estudar em instituições brasileiras de ensino superior.

No final do mesmo século, começa a crescer o número de mulheres alfabetizadas e cada vez mais mulheres assumiam empregos fora de casa, sendo a grande maioria deles como professora<sup>7</sup>. Segundo Pinsky (2012), em 1920 começava a aumentar a quantidade de mulheres em posições de alto nível nos serviços públicos, mesmo que as profissões fossem majoritariamente dominadas por homens e poucas conseguissem ingressar em profissões consideradas de alta respeitabilidade, como Direito e Medicina.

No século XIX, a querela do feminismo torna-se novamente uma querela de sectários; uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no mercado produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos.[...] mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, por que as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos. (BEAUVOIR, 1980, p. 17)

Com o fim da escravidão e da monarquia na última década do século XIX, o processo de modernização se intensifica no Brasil e ocorrem transformações

---

<sup>6</sup>Ver. PINSKY, C. B. **Nova história das mulheres**. São paulo: Contexto, 2012. p. 334

<sup>7</sup>Ver. PINSKY, C. B. **Nova história das mulheres**. São paulo: Contexto, 2012. p. 354.

políticas e sociais. Se transforma também a impressão que se tem da presença feminina entre os trabalhadores nos campos e cidades. Com a expansão do setor industrial, um grande número de mulheres e crianças são empregadas e passam a trabalhar em fábricas de vestuário, em manufatureiras de cigarros, na construção civil, entre outros tipos de produção industrial. Segundo Alves (2002, p. 21) a “situação da mulher negra era ainda mais difícil, já que, depois da Abolição dos Escravos, continuou trabalhando em funções desqualificadas, recebendo salários irrisórios e tratamentos desumanos”.

Quando finalmente ocorreu a Abolição no Brasil, as libertas encontraram outras tantas dificuldades para se inserir na sociedade em condições mais dignas. Seus problemas iam desde obstáculos para passar seus bens para os descendentes até o preconceito sofrido em virtude de seu sexo e sua “cor”. Em 1980, uma lei proibiu as mães solteiras de criar seus filhos. A separação judicial e o encaminhamento desde os filhos como “crias” para a casa de particulares era um modo de prolongar o trabalho escravo. Mesmo assim, essas mulheres de tempera forte sobreviveram. Quando tudo conspirava contra suas vidas, abriram caminhos, combateram preconceitos e afirmaram posições conquistadas. (PINSKY, 2012, p. 379)

Depois da Primeira Guerra Mundial, em 1914, começou a se construir uma consciência de que a mulher deveria se dedicar com exclusividade às atividades do âmbito privado, o lar e a maternidade. Grupos sociais e instituições, munidas de argumentos religiosos, se posicionavam contra o trabalho feminino e estas passaram a ser estigmatizadas e associadas a condições vistas como negativas na sociedade, como a prostituição. Somente se tolerava o trabalho feminino em casos de muita pobreza<sup>8</sup>.

Parte significativa das trabalhadoras das primeiras fábricas eram europeias, trabalharam nas indústrias e lavouras para substituir a mão-de-obra escrava, principalmente depois das leis referentes à emancipação dos escravos. Atraídas pelo governo brasileiro, seduzidas com a promessa de que “fariam a América”, eram grande parte do operariado nas fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

As mulheres que trabalhavam nas indústrias recebiam baixas remunerações, tinham tarefas monótonas e repetitivas e ocupavam os cargos hierarquicamente mais baixos. Também possuíam longas jornadas de trabalho, muitas vezes não

---

<sup>8</sup>Ver. PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres**. Contexto. São Paulo, 2012. p. 133

tinham descanso semanal e realizavam suas atividades em ambientes insalubres. Mesmo sendo participantes ativas das mobilizações políticas e greves nas fábricas entre os anos de 1890 e 1930<sup>9</sup>, eram vistas como "frágeis", "sem consciência política", e "vulneráveis" aos olhos da sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres operárias passaram a se organizar, com a ajuda das anarquistas e socialistas, e os sindicatos e comitês tornaram-se lugares onde se discutiam os problemas femininos. Vários artigos escritos em jornais da época relatavam os problemas vividos pelas trabalhadoras, tanto na esfera do trabalho, quanto na vida pessoal, e denunciavam, também, a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres. (ALVES, 2002, p. 22)

Com o crescimento urbano, foram criadas novas oportunidades para atividades em comércios, e as mulheres tiveram grande participação nesse processo. Realizavam atividades em comércios de rua, vendendo alimentos, e em trabalhos domiciliares chamados trabalhos de agulha<sup>10</sup> – em que as empresas faziam encomendas de bordados, rendas, crochê, tricô – entre outras atividades em que as habilidades eram conhecimentos ensinados por outras mulheres.

No início do século XX, as reivindicações das mulheres se dividiam em torno da educação, do trabalho e do voto. Demandas aparentemente diferentes, mas que em comum tinham como foco a emancipação da condição feminina, exigindo igualdade política dos sexos. Na segunda década do século, ocorreram vários movimentos, como a Semana de Arte Moderna, o qual se considera apenas a partir desse ponto<sup>11</sup> a participação das mulheres nas artes plásticas com a presença de Tarsila do Amaral e Anita Malfati. A fundação da Liga pela Emancipação Internacional da Mulher e do Partido Comunista Brasileiro marcaram a participação política feminina.

---

<sup>9</sup> Ver. RODRIGUES, Valeria Leoni. A importância da mulher. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2014.

<sup>10</sup>Ver. GOUVEIA, M. C. S. Os fios de Penélope: a mulher e a educação feminina no século XIX. In: CONGRESSO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO (ANPEd), 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas, 2003. pag. 9

<sup>11</sup> Ver. LEAL, CRUZ, Priscilla. Mulheres Artistas: Há Desigualdade de Gênero no Mercado Das Artes Plásticas no Século XXI?. In: VIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2012, Bahia.

Entre os anos de 1917 e 1927 ocorrem várias tentativas frustradas de normalizar o alistamento feminino de cidadãs brasileiras na Câmara e no Senado, porém somente em um estado houve êxito<sup>12</sup>. Na mesma época o sufrágismo passa a ser referência em grupos de mulheres que estavam à frente de diversas lutas, inclusive a pela educação e pela qualificação profissional.

É reconhecido o voto feminino no Código Eleitoral no ano de 1932, pelo decreto nº 21.076, e incorporado na carta constitucional de 1934. Estavam à frente dessa luta Bertha Lutz e Nathércia Silveira, integrantes da comissão do anteprojeto constitucional que ratificaria o voto feminino. No entanto, esse direito veio com restrições determinadas pelo texto da constituição de 1934, que dizia: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando essas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”<sup>13</sup>, portanto configura uma conquista parcial. Houve uma extensão do sufrágio na constituição de 1946, que seguiu restringindo a maioria da população, inclusive mulheres, permitindo o voto somente aos alfabetizados.

A revisão da legislação eleitoral e a elaboração de um novo código eleitoral, compromisso assumido por Getúlio Vargas, constituíram um dos atos políticos mais importantes do Governo Provisório. O Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, regulamentava o alistamento e o processo eleitoral no país, nos âmbitos federal, estadual e municipal, trazendo uma série de inovações, dentre as quais se destacava o estabelecimento do sufrágio universal e secreto. Mais ainda, o novo código ampliava o corpo político da nação, concedendo o direito de voto a todos os brasileiros maiores de vinte e um anos, alfabetizados e sem distinção de sexo. (ARAUJO, 2003, p.135)

As mulheres então passam a ampliar suas reivindicações, lutando por melhores salários e condições de trabalho dignas, como a licença maternidade. Lutavam por causas democráticas, porém era um movimento articulado pelas elites. Era evidente a diferença de interesses; enquanto as elites e membros da burguesia

---

<sup>12</sup>Segundo (CARDOSO, 2000 *apud* RIBEIRO, 2013, p. 3) " o artigo 77 das Disposições Gerais, de outubro de 1927, teve o seguinte teor: “No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem condições exigidas por esta lei” "

<sup>13</sup>Ver. PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres**. Contexto. São Paulo, 2012. p. 262

se preocupavam com os direitos especiais, as camadas populares não percebiam seus direitos e muitas vezes os vivenciavam como se fossem favores<sup>14</sup>.

As diferenças de classe [...] continuam a se patentear também no campo profissional ou ocupacional das mulheres: as mulheres pobres, todas trabalham; da juventude à velhice, continuam em seus serviços “na rua” ou “para a rua”, duplicando o trabalho doméstico para atender à sua própria família – e habitualmente dividindo-o com as suas filhas, mesmo quando meninas. Ao longo da vida, até a velhice. Uma velhice que chegava depressa, pois o trabalho incessante maltrata o corpo. (PINSKY, 2012, p. 86)

Como afirma Pinsky (2012), entre os anos 1940 e 1960 começaram a se desenvolver movimentos femininos com conotação esquerdista, que diante das desigualdades de estrutura social se mobilizaram e fizeram críticas à estrutura capitalista vigente. Porém, nesses mesmos movimentos de esquerda nos quais estavam inseridas, ou que as inspirava, sofriam os mesmos problemas que nos demais espaços sociais.

Na década de 1960 ocorreu uma grande mudança na estrutura familiar em todo o mundo ocidental a partir de movimentos de emancipação feminina. A ampliação da participação feminina nos campos social e político deu visibilidade às mulheres em espaços públicos e aumentou o número destas em universidades e trabalhos formais.

O processo de ruptura dos paradigmas advindo das transformações sociais ocorridas durante a década de 1960 trouxe à tona diversos movimentos sociais que colocaram em evidência novas vozes que contribuíram decisivamente para a desconstrução de um sujeito único universal bem como para a emergência da criação de um campo de estudos relacionado à questão do gênero. (BARBOSA, 2011, p. 3)

A perspectiva de gênero, uma das vertentes tratadas em círculos de debates sobre a condição da mulher, se consolida na década de 1970<sup>15</sup>, junto com o fortalecimento do movimento feminista e tem como foco a construção e organização social da relação entre os sexos. Segundo Ferreira (2010), em geral, as características atribuídas a homens e mulheres são decorrentes do processo de normalização dos comportamentos, devido à força das estruturas socioculturais e

---

<sup>14</sup> Ver. PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, vol.18, n.36, p. 15-23, jun. 2010.

<sup>15</sup> Ver. FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 47-72, 2004.

políticas que as produzem. Esse contexto social e culturalmente construído também afeta a estrutura divisora do trabalho, diferenciado pelo ambiente doméstico em contraposição ao trabalho realizado em âmbito público, e dá legitimidade aos lugares ocupados por homens e mulheres em face das relações de poder estabelecidas, tais como etnia, classe social e grupo humano.

A partir do momento em que as disparidades iam se tornando mais evidentes, surgiram, lado a lado com o movimento feminista, os estudos sobre gênero, que contribuíram de forma a evidenciar o alcance da disparidade social, política, econômica, cultural e científica que estavam relacionadas com o tema. (BARBOSA, 2011, p. 7)

No Brasil, a década de 1960 é marcada pelo início dos movimentos revolucionários de ordem política e da revolução de costumes: Os intelectuais, principalmente estudantes, se mobilizavam por uma transformação social e o movimento cultural de conscientização se expande no país; e também o movimento social do campo – chamado Ligas Camponesas – atingiu grande repercussão em todo o país e mobilizou debates nacionais acerca da reforma agrária.

Com o golpe militar de 1964, os movimentos do início da década, que almejavam a reconstrução social política e de costumes, tiveram que encontrar novas formas de luta. Em 13 de dezembro de 1968, é baixado o Ato Institucional nº5 (AI-5), assinado pelo general Costa e Silva, que conferiu poderes excepcionais ao executivo, praticamente eliminou as liberdades individuais que ainda existiam no país e aumentou a repressão. Algumas pessoas, estudiosos do regime militar brasileiro, inclusive consideraram a decretação do AI-5 um “golpe dentro do golpe”, pois foi o período mais duro da ditadura e só se amenizou com o começo do processo de abertura, em 1974; o decreto foi revogado somente em 1978.

Os grupos de resistência à ditadura começam aderir à guerrilha urbana. Ações armadas como assaltos a bancos, ataques a embaixadas e sequestros de diplomatas se intensificam. Inspirados em guerrilhas como a revolução Chinesa, de 1949 – essencialmente do movimento camponês – e a revolução guevarista, que também tinha foco em guerrilhas rurais<sup>16</sup>, os militantes brasileiros viam as ações nas cidades como atividades temporárias que financiariam a guerrilha rural.

---

<sup>16</sup>Ver. SILVA, Fabricio Trevisan Florentino da. **História e Guerrilha**: entre a tradição rural e a prática urbana. O Brasil das décadas de 60 e 70 do século XX. Franca, SP: UNESP, 2012. 111 f. Dissertação

A participação política das mulheres na década de 1970 foi um avanço no processo de liberação destas, que passaram a intervir na cena política. Fizeram parte das organizações clandestinas de esquerda e de grupos guerrilheiros contra a ditadura militar de 1964. Essa participação nas esquerdas armadas denotava o avanço no rompimento do estereótipos que resume a figura feminina ao espaço privado e doméstico. Segundo dados estatísticos extraídos do BNM (*Projeto Brasil: Nunca Mais*), entre 4124 militantes de esquerda processados, 16% eram mulheres e nos grupos armados, ainda constituindo uma minoria, a porcentagem de mulheres aumenta para 18,3%<sup>17</sup>.

O período ditatorial brasileiro foi de 1964 a 1985. Este foi um período marcado pela supressão dos direitos constitucionais, pela censura, perseguições políticas e forte repressão aos que ousassem se opor ao regime. Este cenário propiciou mudanças significativas no seio da sociedade brasileira, fazendo com que surgissem grandes disparidades sociais, políticas, culturais e econômicas. (BARBOSA, 2011, p. 5)

A presença das mulheres na luta armada não significava somente que se opunham à política vigente estabelecida, mas também transgrediam o papel destinado às mulheres da época. O fato de terem participado da luta efetivamente pegando em armas se fazia um instrumento de emancipação: ao se comportarem como era esperado que homens se comportassem, lograram reconhecimento social no que tange à igualdade entre sexos. Porém, a contrapelo da positiva conquista de espaço, mulheres e homens militantes contra a ditadura militar foram agredidos e abusados sexualmente<sup>18</sup>; e em especial no caso destas, a violência sexual foi intensificada ao utilizar o forte vínculo que possuíam com seus filhos para deixá-las vulneráveis e suscetíveis à dor.

O feminismo brasileiro ampliou sua participação às mulheres de camadas populares através dos movimentos sociais urbanos: organizados em bases locais, os moradores de periferias pobres reivindicam demandas de infraestrutura e delegam a responsabilidade ao Estado. Esse movimento, absolutamente ligado ao

---

(Mestrado em História) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2012.

<sup>17</sup>Ver. RIDENTI, Marcelo S. **As mulheres na política brasileira**: os anos de chumbo. São Paulo: Tempo Social, 1990.

<sup>18</sup>Ver. SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 31-48, 2001.

cotidiano da reprodução social<sup>19</sup>, caracteriza a forma imposta e tradicionalmente vinculada à mulher. As mulheres passam então a se retirar do confinamento doméstico, tornando necessário o questionamento quanto à identidade e relações de gênero.

O Estado, atendendo predominantemente aos interesses das classes dominantes, expropria as classes populares de seus direitos e emergem os movimentos sociais urbanos [...] Assim, na gênese desses movimentos, estariam as “novas necessidades” resultantes do desenvolvimento das forças produtivas, contrapostas aos objetivos de uma política que não os prioriza. (OLIVEIRA, 2007, p. 20)

Durante várias décadas, os estudos teóricos colocaram em evidência a diferenciação com base no gênero tanto nas escolhas profissionais, como nas oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, nos níveis salariais e nas chances de promoção. Uma das teorias, considerada relevante por sociólogos e economistas, chamada de “teto de cristal”, tem o foco na diferenciação entre homens e mulheres com relação a profissões com maiores retornos salariais e prestígio, e aborda de forma abrangente a evidente desigualdade para atingir os cargos de chefia. (OLINTO, 2006)

Para muitas pessoas, o feminismo tinha uma conotação antifeminina, o que inclusive chegou a gerar rupturas dentro do próprio movimento. Nos anos setenta o movimento feminista já debatia que os problemas das mulheres eram pautas específicas, o que exigia que suas demandas fossem tratadas separadamente das demais: exemplo disso é a licença maternidade.

A curiosidade é coisa antifeminina, assim como o interesse pelo corpo é sinal de um pendor pecaminoso. Os vícios infantis, punidos até mesmo com ferro em brasa como relembra Simone de Beauvoir. A mulher, com sua curiosidade coartada e com um tão pequeno número de experiências permitidas socialmente, permanece cercada por obstáculos externos e proibições internalizadas. O rompimento com os limites impostos supõe portanto uma dupla libertação: por um lado, o alargamento das possibilidades oferecidas pela vida social e, por outro, o rompimento com os valores internalizados, o que exige um longo processo de interiorização e reelaboração da própria história. (MORAES, 1996, p. 86)

Com relação às demandas e possibilidades de inserção da mulher no mercado de trabalho, no dito “milagre econômico” a industrialização se consolidou e

---

<sup>19</sup>O termo é conceituado por Marcondes(2013) como a totalidade de atividades que garantem condições materiais para a reprodução da vida, são essenciais, como atividades que, por exemplo, propiciam a alimentação, higiene e saúde.

as linhas de produção se modernizaram, incorporando o trabalho feminino em todos os setores, tanto nos têxteis e alimentares quanto nos de produtos eletrônicos, farmácia, etc. Essas linhas de produção viram nas mulheres atributos adequados para atividades repetitivas, nas quais se exigiam cuidado, rapidez e concentração.

Segundo Marcondes (2013), o cuidado foi elemento estrutural para a divisão sexual do trabalho e foi construído socialmente como feminino. Nessa divisão, a esfera pública foi destinada aos homens e a esfera privada às mulheres, porém essas esferas não tem apenas lógicas simbólicas opostas, têm códigos de conduta pré estabelecidos. Para a pública correspondem a impessoalidade, universalidade, racionalidade e masculinidade; à privada correspondem a esfera doméstica, a pessoalidade, necessidades concretas e feminilidade. Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, as atividades desenvolvidas sempre estão associadas ao cuidado da sociedade – entre essas profissões está a Biblioteconomia, foco deste trabalho.

No processo de urbanização acelerado, decorrente do desenvolvimento da industrialização agrícola – que dispensou a mão de obra em meios rurais e provocou um grande fluxo de migrantes nas cidades – as mulheres se fizeram visíveis em diversos espaços da esfera pública. O número de mulheres aumentou nas universidades e em trabalhos formais, e ficou mais visível a participação destas nas manifestações de rua como na passeata dos 100 mil e em marchas como a da “panela vazia” - que reivindicava anistia política aos perseguidos pelo regime militar.

Durante esse período também foram criados grupos de consciência<sup>20</sup>, ou chamados de grupos de reflexão, constituídos somente por mulheres que se reuniam em lugares públicos ou privados e sem a presença de homens – para que não se sentissem inibidas – onde eram discutidos problemas especificamente de mulheres e assuntos que se contrapunham ao machismo vigente. A cada reunião as componentes tinham que levar mais mulheres e quando se formassem grupos com mais de 24, eles teriam que ser divididos para que houvesse a disseminação da

---

<sup>20</sup> Eram os grupos formados exclusivamente por mulheres que debatiam temas como a desqualificação destas em outros movimentos, com o caso do movimento contra a ditadura, e tinha o objetivo a ampliação da consciência. Além de temas superestruturais, debatiam também temáticas do cotidiano como a liberdade de seus corpos.

ideia. Eram discutidos temas como sexualidade, atuação das mulheres na política, literatura feminista, vivências pessoais, sobre o corpo da mulher, entre muitos outros.

Ainda propunham que os grupos de reflexão se constituíssem em espaços de debates entre as mulheres que os integravam, programando e realizando suas práticas segundo seus interesses e conveniências, sem vinculação burocrática com o espaço que ocupavam, numa estrutura descentralizada, em que as reuniões não reproduzissem os modelos masculinos de hierarquização e competitividade. Frisavam que as mulheres deviam 'assumir suas aspirações e reivindicações específicas na vida pessoal, política e econômica, fortalecidas por um movimento próprio, sem subordinação a outros grupos que também travavam debates e lutavam pela transformação da sociedade'. (SOIHET, 2007, p. 6)

Um dos objetivos desses grupos de reflexão era melhorar a autoestima das mulheres e aumentar a solidariedade entre elas, expor problemas vividos individualmente e observar como na realidade era uma questão coletiva. Davam nomes aos coletivos com palavras como “círculo” e “coletivo”, já que suas reuniões eram preferencialmente em círculos; se comunicavam também através de periódicos e formavam extensas redes, inclusive a nível internacional.

Os grupos de reflexão sofriam inúmeras críticas, inclusive dentro dos grupos feministas. Algumas criticavam a falta de hierarquia que causava um “autoritarismo sem regras” e outras diziam que o grupo não trazia resultados concretos. Também havia opiniões divergentes quanto à eficácia dos meios para alcançar objetivos: algumas defendiam as manifestações e centro de apoio à mulher, outras achavam que somente por meio de uma mudança social e mudanças na legislação poderiam ver resultados satisfatórios. A sociedade se posicionava contra o feminismo e por isso os grupos de reflexão/conscientização e militantes do *Centro da Mulher* sofriam preconceito. O antifeminismo era muito forte nas décadas de 1970 e 1980.

Muitas militantes saíram ou foram expulsas do país para evitar a prisão, tortura ou de serem assassinadas e muitas participaram de grupos no exílio; ao menos 5 grupos foram constatados, entre eles um em Santiago do Chile, três em Paris e um em Lisboa. Elas sentiam que os grupos criavam um sentimento de irmandade, porém dentro dos grupos também havia conflitos e algumas integrantes se sentiam desconfortáveis e se posicionavam contra a orientação sexual das participantes que se definiam lésbicas.

Mesmo que na década de 1970 as feministas tenham se centralizado principalmente na luta em oposição à ditadura, eram constantemente criticadas por militantes de esquerda; além disso, partidos políticos e grupos de esquerda também tentavam persuadir o movimento feminista e as organizações autônomas de mulheres, ao enviar representantes do sexo feminino para convencer as feministas a lutar por causas consideradas por eles “realmente importantes”.

A Organização das Nações Unidas (ONU) declara em 1975 o Ano Internacional da Mulher em decorrência do impacto do feminismo europeu e norte-americano, o que favoreceu debates sobre a condição feminina a nível internacional<sup>21</sup>. O reconhecimento da ONU pelas questões da mulher abre espaço para formação de grupos políticos femininos no Brasil como o *Movimento Feminino pela Anistia*, *Brasil Mulher*, entre muitos outros.

No mesmo ano, uma componente desses grupos, Mariska Ribeiro, conseguiu patrocínio da ONU para realizar um encontro que foi considerado marco da “Segunda Onda” do feminismo no Brasil. A proposta era discutir “o papel e o comportamento da mulher na sociedade brasileira”, o que levou à criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB) no Rio de Janeiro. Entre os objetivos estabelecidos pelo CMB estavam estudar, refletir, pesquisar e analisar as questões da mulher e criar um departamento de ação comunitária para tratar concretamente e em nível local os problemas da mulher.

Posteriormente o CMB passou a ser controlado pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) e fragmentou o grupo de mulheres frequentadoras, já que a mudança desagradou a muitas delas. À partir dessa ruptura se formou o Coletivo de Mulheres, que entre suas reivindicações estava a exigência de maior controle sobre o próprio corpo, como o aborto livre e gratuito.

Em outubro de 1975, ocorreu o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista e a partir desse encontro foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) com o objetivo de ser um centro de estudos voltado à conscientização nacional da condição da mulher.

---

<sup>21</sup> Ver. SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2004.

Também foram publicados periódicos como o *Brasil Mulher*, ligado ao CDMB, que lançou vinte edições – a periodicidade dependia da arrecadação de recursos financeiros que as ativistas conseguissem obter através de vendas e doações – e se manteve em regular circulação até 1980. Posteriormente surgiram os periódicos *Nós Mulheres*, *Mulher Liberta* *Mulher* e *Mulherio*.

No fim da década de 1970, grande parte dos grupos se declarou abertamente feminista, o que abriu espaços para planejamentos de políticas públicas, levantou debate sobre o lugar socialmente ocupado pela mulher e cristalizou a noção de gênero como referência para análise.

Segundo Sarti (2004) parece que se chegou a um consenso de que houve duas tendências no movimento feminista nessa década: uma vertente tinha preocupações com a subjetividade dos temas debatidos e com as relações interpessoais, e atuava majoritariamente no âmbito privado; a outra vertente se preocupava com a atuação pública das mulheres, discutindo questões de organização política, questões relativas ao trabalho, à saúde e à igualdade de poder entre os sexos, portanto se preocupava com as questões da esfera pública.

Com o tempo a luta feminista, que propunha a reconstrução e ressignificação do masculino e feminino, encontrou diversos conflitos, em especial a dificuldade de resolver tensões nas relações, uma vez que podem estar implícitas questões do inconsciente e, através da violência simbólica, provocar a internalização do discurso do dominador no dominado, fazendo-o cúmplice da própria violência sofrida. Também se debateu os temas que giram em torno da objetificação da mulher.

Até finais da década de 1970, mulheres de diferentes classes sociais estavam juntas na luta, já que a oposição à ditadura era o elemento de união, porém o movimento de mulheres no Brasil permaneceu plural até o início dos anos da década seguinte, quando se passou a conceber que também dentro dos próprios grupos de mulheres as demandas e motivações das militantes eram distintas. Em um momento em que a oposição reunia esforços para combater a estrutura política imposta pela ditadura, a atenção sobre as questões intrínsecas ao feminismo foi negligenciada.

Para Sarti (2004) as questões que mais afetam o feminismo são experiências que constituem fortes marcas culturais. Entre elas estão a relação da mulher com o homem, o casamento como imposição social de vida e os significados caracterizantes de mulher quanto à maternidade. Sabe-se que as experiências e oportunidades não são iguais para todas as mulheres, o que restringe a possibilidade e desejo de identificação com as pautas feministas, ainda que se reconheça os benefícios que os debates levantados e atitudes tragam para as mulheres.

## 1.2 Gênero

Os primeiros ensaios e estudos sobre as desigualdades entre homens e mulheres buscavam se situar sobre o aspecto feminino, sobre seu corpo e sexualidade. As características biológicas, entre elas a pouca força física e até mesmo o menor peso do cérebro, estavam no centro desta concepção. Na tentativa de explicar que é da “natureza” feminina ser frágil e da “natureza” masculina ser forte. Que o lugar “natural” da mulher é a casa, e o lugar “natural” do homem é a rua. Esta naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais. (SANTOS,2006, p. 4)

O conceito de gênero surge no final da década de 1960 e se consolida nos anos de 1970, fruto dos movimentos feministas, que não só reivindicavam mudanças políticas e sociais como também traziam contribuições teóricas para fundamentar suas exigências. Nesse momento começa a se fazer a distinção entre os termos sexo e gênero, de forma que “sexo” determina características biológicas e “gênero” inclui diversas construções sociais implícitas nas relações entre o masculino e o feminino— relações de gênero essas que, como destaca Vitória (2013), são principalmente marcadas por relações de poder.

Gênero, como categoria de análise decorrente das ciências sociais, é o conjunto de características, papéis, atitudes, valores, idéias, representações, normas, prescrições, atribuições e símbolos construídos sócio-culturalmente com base nas diferenças sexuais, colocando-se como um dever ser para mulheres e homens. Impõe-se a cada sexo por meio do processo de socialização e configuram sua identidade em masculina e feminina segundo Saffioti (1983 *apud* FERREIRA, 2010, p. 161)

Algumas décadas antes da concepção do conceito, Simone Beauvoir, com seu livro *O segundo sexo*, traz uma contribuição valiosa com a conhecida afirmação “Não se nasce mulher, torna-se mulher” mostrando que o “ser” mulher é uma

construção cultural, e que segundo a interpretação de Raya (2005) significa que o feminino como parâmetro de identidade, e tudo o que está implícito, é uma construção social. Posteriormente foi usado o termo gênero para diferenciar a construção social da identidade das mulheres e dos aspectos biológicos.

O conceito rejeita o determinismo biológico imposto nessas relações, entretanto não pretende negar a biologia, e sim destacar essa construção social e histórica que foi produzida segundo características biológicas. Como ressalta Ferreira (2014), o determinismo biológico foi uma justificativa do patriarcado para validar a opressão feminina e o desequilíbrio de poderes existente entre homens e mulheres, associando sempre a uma lógica dicotômica.

Desnaturalizar hierarquias de poder baseadas em diferenças de sexo tem sido um dos eixos centrais dos estudos de gênero. Estabelecer a distinção entre os componentes natural/biológico em relação a gênero foi, e continua sendo, um recurso utilizado pelos estudos de gênero para destacar essencialismos de toda ordem que, há séculos, sustentam argumentos biologizantes para desqualificar as mulheres, corporal, intelectual e moralmente. (MACÊDO,2003, p. 35)

A emergência do termo gênero enquanto campo de saber possibilitou o diálogo entre o feminismo e o campo científico, principalmente as ciências humanas. Segundo Macedo (2003) estudiosos de gênero acreditam que há necessidade de discutir as dinâmicas entre o privado e o público, político e pessoal, produção e reprodução, uma vez que estes são fatores estreitamente ligados ao funcionamento das relações de gênero.

A esfera pública é tida como base do modo de produção capitalista e consagrada como espaço masculino. A esfera privada, designada às mulheres, é um espaço de reprodução e cuidado, incluindo atividades tão essenciais para a vida humana que lhes confere a qualidade de “não trabalho”, portanto desvalorizadas, invisibilizadas e não remuneradas. Marcondes (2013, p.252) destaca que “Não se tratam apenas de esferas separadas do ponto de vista dos atributos de gênero, mas a que se atribuem valores assimétricos, sendo a esfera pública e da dita produção hierarquicamente superior à doméstica e de reprodução social”.

Ideais difundidos, dentro e fora da academia, contribuem para o surgimento de uma teoria crítica feminista. Surgem debates em torno das questões de gênero

que questionam traços masculinos e femininos socialmente construídos e como isso está relacionado com as disparidades sociais, políticas e culturais. Ao determinar lugares aos homens e interdita-los às mulheres, são criadas formas de exclusão que comprometem a cidadania feminina e mesmo no século XXI, as contradições são visíveis e se atribui às mulheres baixa representação.

No final da década de 1980, observou-se um aumento no desenvolvimento de pesquisas sobre as mulheres brasileiras. Em muitas pós-graduações foram oferecidos cursos sobre a questão, que resultaram em um grande número de teses. No entanto, apesar do avanço em relação aos estudos sobre a condição feminina, nesse período, a referência permaneceu quase que unânime a uma unidade biológica das mulheres, ou seja, todas as mulheres, independente de sua condição social, se reconhecem pela morfologia do sexo feminino (vagina, útero, seios). O que os estudos de gênero problematizaram a partir daí foi justamente essa determinação biológica da condição feminina. (MACÊDO, 2003, p.33)

A análise dos discursos e ações nas relações entre homens e mulheres tem ganhado espaço na sociedade e a partir de uma reflexão da categoria gênero – observando valores, papéis estabelecidos e simbologias criadas em torno da diferença entre sexos – é possível observar que se criaram códigos de conduta para homens e mulheres, bem como a necessidade de definir-se em uma identidade feminina ou masculina. A perspectiva de gênero considera que as relações de gênero foram socialmente construídas e se caracterizam segundo o contexto em que se inserem. Debater o assunto permite maior conscientização dos privilégios que os homens possuem e da opressão sobre as mulheres e pressupõe uma ação para mudar as relações sociais, possibilitando assim a equidade e empoderamento por parte das mulheres à medida que forem se conscientizando.

### 1.2.1 Gênero e trabalho

Numa perspectiva histórica, o trabalho surge concomitantemente ao processo de organização social do ser humano: no final do período Neolítico (ainda na pré-história), quando o homem passa a criar aldeamentos e por meio da vida sedentária, iniciar o cultivo agrícola e a domesticação de animais, a ordenação e estruturação da vida social possibilitam a organização do trabalho – que se dá, já nesse período, a partir da diferenciação de gênero, idade e função. Mas como se trata de um período tão vetusto, torna-se difícil determinar a datação exata.

Porém, é com o capitalismo – que tem vestígios a partir do nascimento da burguesia, no século XIII, mas que se consolida cinco séculos depois – que se impõe o controle dos processos de produção a partir da força de trabalho, vendida por um preço muito abaixo do que valia, uma vez que a intenção era obter lucro através da exploração dos trabalhadores. Desde sua emergência, norteados pela exploração dos trabalhadores e a acumulação de bens, o capitalismo instaura-se como modelo e transforma o capital em determinante para espaços de poder, que define as classes sociais segundo renda e status.

Os trabalhadores passam a se submeter à burguesia, hoje dominada por capitalistas, vendendo sua força de trabalho como meio de subsistência. O salário representa a retribuição pelo esforço vendido, porém nem sempre é justo. A troca desigual e a filosofia de acumulação ocasionaram a concentração de poder em determinados grupos, que perpassava gerações, ampliando a diferença de classes, conseqüentemente gerando conflito entre classes sociais antagônicas construídas nas relações de capital.

O capitalismo industrial causou grande modificação nas estruturas social, econômica, política e cultural. Ao priorizar o lucro, redefiniu as relações sociais segundo o que fosse necessário para o funcionamento do sistema. Descaracterizou o papel que a família tinha de produtora da maioria dos bens que consumia, dado que agora esse sistema produziria os bens em questão. Reforçou a distinção existente entre o público e o privado ao separar o mundo do trabalho e o da família, conseqüentemente mudou de forma substancial as relações de gênero.

Não mais possuidor desse e de outros meios de produção, o trabalhador do campo, precisou para sobreviver, submeter-se à exploração dos que os possuíam. De lá para cá, as relações de produção no campo passaram por muitas transformações e acirrou-se a exploração de uma classe sobre a outra. Essa exploração explicita-se em diferentes formas de emprego, subemprego e desemprego estrutural. (SAPELLI, 2012, p.5)

Inserida na cultura do capital, a construção de relações de gênero contribui para compreender a exclusão das mulheres como parte de uma construção histórica e social que foi pensada e elaborada através de mecanismos como a educação, a política e a religião. No mercado de trabalho as mulheres são associadas a profissões de pouca demanda e baixos salários e, mesmo com formação no nível

superior, é visível a dificuldade de competir no mercado de trabalho com os homens, uma vez que as relações de poder proporcionam aos homens cargos de direção.

Para explicar melhor como funcionam as dificuldades femininas encontradas no mercado de trabalho, Barros (2006) faz a distinção entre segregação profissional vertical e horizontal. A segregação horizontal é um processo resultante da tendência que se tem em separar homens e mulheres em determinadas profissões, que ocasiona a disparidade salarial e ocupacional. É o que faz as mulheres continuarem exercendo ocupações consideradas femininas, como as de assistente social, professora, enfermeira e secretária, portanto realizando funções que reproduzem as atividades destinadas a elas.

Qualidades e características que a sociedade atribui para homens e mulheres chamam-se de estereótipos de gênero e são eles os que impulsionam as pessoas a assumirem determinados papéis, tarefas e funções na sociedade. Comportamentos próprios para cada gênero, um conjunto de qualidades físicas e características psicológicas que estabelecem uma dicotomia entre o feminino e o masculino. Homens são identificados com a agressividade, competitividade, assertividade e independência. [...] Mulheres são identificadas como sensíveis, empáticas, passivas, submissas, dependentes, voltadas aos cuidados com o outro e preocupadas com o relacionamento interpessoal. (GAUCHE, 2013, p.3)

Para dar evidência de como funciona a segregação horizontal, Barros (2006) apresenta a “teoria sociossexual”<sup>22</sup>, que aponta a divisão sexual de trabalho segundo fatores externos ao mercado de trabalho – com foco em bases de uma cultura de sociedade patriarcal – e segundo os estereótipos recorrentes e dominantes que se tem com respeito a mulher na sociedade. A teoria divide os espaços público e privado, de forma que a esfera pública seja designada a homens, trabalho “fora de casa” de onde provém o “sustento familiar”, enquanto que a privada é destinada às mulheres, que ficam responsáveis pelo trabalho doméstico ou “do lar”.

A segregação vertical, também conhecida como segregação hierárquica, aponta a existência de empecilhos visíveis ou invisíveis para que as mulheres obtenham cargos de poder e direção, fator que as mantém em níveis mais baixos da pirâmide organizacional. Para tanto são usados argumentos como a dificuldade de

---

<sup>22</sup>Ver. BARROS, Alice Monteiro de. Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho. **Revista de direito do trabalho**, v.32, n.121, p.9-28, jan./mar. 2006.

dar ordens a homens, a falta de qualificação e a descontinuidade da carreira em consequência de suas “atividades maternas”.

O fenômeno conhecido pela metáfora “teto de vidro” (glass ceiling), que implica em barreiras supostamente invisíveis que impedem a ascensão das mulheres aos cargos gerenciais é real e pode ser identificado, praticamente, em todos os âmbitos. Por exemplo: político, organizacional, e educacional, entre outros. (GAUCHE, 2013, p.3)

A feminilização do trabalho está diretamente relacionada com o cuidado de pessoas feito pelas mulheres. Durante todas suas vidas as mulheres cuidam de crianças, idosos, deficientes e até de homens adultos, portanto a existência social feminina se dá quando elas cuidam e, mesmo que o cuidado seja essencial para a vida humana, as pessoas que cuidam são desvalorizadas<sup>23</sup>. As relações de cuidado são muito mais que a relação entre duas pessoas ou mais, são uma necessidade social e culturalmente atendida. Também acolhem aspectos emocionais e psicológicos e pressupõem uma interação entre quem cuida e quem é cuidado, gerando uma relação de interdependência.

É a relação de poder, que combina a separação e hierarquização dos papéis de gênero, que garante a inscrição do cuidado na divisão sexual do trabalho.[...] Trata-se de uma combinação de fatores materiais, situacionais, psicológicos (conscientes e inconscientes) e ideológicos que desenham um labirinto, do qual não há muitas escapatórias para as mulheres, assim como não há tantas entradas para os homens. Expressa, de forma figurativa, o império da divisão sexual do trabalho na normatização das relações sociais.(MARCONDES, 2013, p.263)

A consolidação da participação das mulheres no mercado de trabalho, ocasionou a necessidade da “dupla presença”, tendo que conciliar a vida profissional e familiar, uma vez que a normalização da presença destas no trabalho não resultou na divisão equânime de tarefas domésticas entre homens e mulheres. Somente mulheres que tivessem boa situação financeira poderiam contratar outras pessoas que as substituíssem total ou parcialmente nas tarefas domésticas.

Desenrolando-se no cenário doméstico, mas mediando-se pelo formato assalariado, o trabalho doméstico remunerado consiste em um tipo de cuidado semiprofissional, já que, no contexto brasileiro, a diferenciação que se impôs historicamente pela ordem jurídica em relação à proteção

---

<sup>23</sup>Ver. MARCONDES, M. M.O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In: YANNOULAS, Silvia C. (Coord.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Abaré, 2013. p. 251-279

trabalhista e social das trabalhadoras domésticas, contribuiu para que a profissão fosse desvalorizada (social e economicamente), precarizada (altos índices de informalidade e condições desiguais de acesso à proteção trabalhista e de seguridade social) e sem possibilidades de ascensão profissional. (MARCONDES, 2013, p.271)

Por outro lado, mulheres que fazem parte de famílias com baixa situação financeira, muitas vezes acabam recorrendo à profissão de empregada doméstica. Se tornaram pilares das práticas sociais de cuidado derivadas da divisão sexual do trabalho, sendo esse cuidado realizado predominantemente por mulheres pobres e negras, em casas de mulheres de classe média e alta. Fazem parte da constituição delicada de uma forma precária dos círculos de cuidado, sendo consideradas “parte” ou “agregadas” da família onde trabalham, porém sendo exploradas economicamente pelo empregador, muitas vezes mal remuneradas e com jornadas extensas de trabalho.

Portanto, para Marcondes (2013) há dúvidas sobre o aperfeiçoamento da emancipação das mulheres no trabalho. Ao inserir-se no mercado de trabalho, as mulheres de classes mais privilegiadas têm suas responsabilidades pelo cuidado na família deslocadas para as empregadas domésticas, que ficaram duplamente encarregadas por essas atividades, em suas casas e em casas alheias; contudo, é importante ressaltar que esse deslocamento não foi total, como será abordado adiante.

### 1.2.2 Gênero na biblioteconomia

Poucas pesquisas foram feitas no Brasil sobre Gênero na Biblioteconomia, o que dificulta a discussão sobre o tema, e isso ocorre por que os profissionais não relacionam a desvalorização da profissão ao fato desta ser predominantemente feminina. Ao preparar o profissional para o mercado de trabalho, faz-se necessária a análise da sociedade que tem demandas para esse mercado, sendo esta demarcada por relações de classe, gênero e raça.

Ao articular o conceito de gênero no contexto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação consideramos pertinente dada o número significativo de mulheres nessa área podendo ser considerada uma profissão feminina. Embora essa seja uma realidade vista empiricamente em grande parte dos estados brasileiros a exemplo do Maranhão, entretanto, percebe-se que nesse Estado alguns cargos de poder já hoje estão sobre a coordenação de

homens. Daí nosso interesse de refletir como a categoria gênero pode contribuir para compreender essa contradição no campo Biblioteconômico. (FERREIRA, 2010, p. 162)

Colocar em reflexão as questões de gênero na Biblioteconomia é pertinente uma vez que o assunto está pouco consolidado na área e que há evidências de segregação horizontal e vertical causadas por questões de gênero. As mulheres constituem a maioria de profissionais em quase todos os estados brasileiros, evidenciando a segregação horizontal, uma vez que as atividades exercidas na profissão são consideradas socialmente uma “extensão” das tarefas de âmbito privado, espaço historicamente destinado às mulheres.

A segregação vertical é evidenciada ao observar que a quantidade de mulheres atuantes na profissão não é proporcional às chances que as mesmas têm de ascender profissionalmente e ocupar cargos de poder dentro das instituições em que trabalham<sup>24</sup>. Segundo Ferreira e Veiga (2013, p.6) “Os dados apontam que mais de 80% dos profissionais bibliotecários no País são mulheres” e afirmam que “Ao analisar sobre os poucos lugares de decisão e poder no campo da Biblioteconomia, observa-se que são ocupados por homens”.

Com a entrada feminina no mundo do capital, há também toda uma preocupação com a sua profissionalização e com suas escolhas. Logicamente que, se são as mulheres que maternam, que cuidam dos filhos, do marido, da casa, dos doentes e das hortas, o sistema capitalista tinha, portanto, que engajá-las em profissões afinadas com essas tarefas. Daí que em nível do senso comum, vão se justificando suas escolhas por: magistério, enfermagem, nutrição, biblioteconomia, que de alguma forma são extensões das atividades domésticas. (FERREIRA, 2003, p. 190)

A questão da construção da imagem do profissional segundo estereótipos, que faz parte também da segregação horizontal, é uma das questões abordadas por autoras que colocam a questão de gênero na Biblioteconomia. Esses estereótipos estabelecidos sobre os profissionais são associados à figura feminina e às tarefas desempenhadas, quase sempre reduzidas à colocação e recolocação de livros em estantes. Segundo Ferreira (2010, p. 163), sobre a temática de gênero “No caso da Biblioteconomia, para compreender melhor essa problemática é importante conhecer

---

<sup>24</sup>Ver. FERREIRA, Maria Mary. Profissões femininas e Profissões masculinas: o que é ser bibliotecário no universo de uma profissão "feminina"?. In: VIII Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação, 2010, São Luís. Infancia, Juventude e Relações de Gênero a História da Educação. São Luís: EDUFMA, 2010. p. 4.

a história do curso e como foram construídos os estereótipos que desqualificam a profissão de bibliotecário e bibliotecária”.

Na Idade Média, os padres eram responsáveis pelas bibliotecas e detinham conhecimentos teológicos e literários. No século XIX e começo do século XX, os responsáveis pelas bibliotecas eram os intelectuais escritores e organizadores do saber. Portanto quando foi criado o primeiro curso de biblioteconomia, em 1911, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e era exigido que o profissional tivesse conhecimentos de teologia, filosofia, literatura, artes e ciências. Além das exigências de conhecimento feitas aos profissionais, também estava a de possuir uma postura “polida e terna” com os usuários<sup>25</sup>.

No início, o curso era influenciado por escolas francesas de tendência humanista, e posteriormente passou a predominar a influência americana, que era mais voltada ao conhecimento técnico e menos preocupado com as questões sociais. Foi desenvolvido um pensamento de que a biblioteca deveria ter uma organização impecável, deixando os leitores em segundo plano, o que trazia aos profissionais o problema de não poder dimensionar o quão útil era seu trabalho para o público a que se destinava. Já nas décadas de 1930 e 1940, a população passa a exigir um serviço de melhor qualidade, e conseqüentemente foi exigido um novo perfil para os profissionais bibliotecários.

A inserção das mulheres no curso de biblioteconomia se dá concomitantemente à institucionalização desse curso, na década de 1920. Isso ocorreu por que havia facilidade para ingressar no curso, sendo quase todos oferecidos no turno matutino. Com o sufrágio de 1930, as mulheres passam a ser cidadãs a partir da conquista do voto, o que faz com que seja mais acessível sua inserção na esfera pública, o que de toda forma é um processo lento: eram restritos o acesso à educação e ao trabalho.

Por décadas o curso de biblioteconomia, assim como o de pedagogia, era considerado um curso “espera marido”, reduzindo a credibilidade do curso e, por conseguinte, a profissão. As motivações para ingresso ao curso era por que tinha

---

<sup>25</sup>Ver. FERREIRA, M. M. A/o profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003.

duração de três anos, o que facilitava a profissionalização de jovens casadas desde cedo e a facilidade de ingressar no mercado de trabalho.

No processo de inserção das mulheres no mercado, as profissões mais semelhantes à maternidade foram destinadas às mulheres, e mesmo possuindo qualificação profissional – como uma graduação – tiveram que conciliar o trabalho com as funções já estabelecidas para elas no âmbito privado. O estudo de gênero no trabalho, no âmbito público, é valioso para compreender por que ao longo da história se construíram estereótipos carregados de preconceitos que desqualificam a profissão e os profissionais bibliotecários e bibliotecárias.

A mulher na profissão de bibliotecária também pode estar procurando refletir de múltiplas formas as suas atividades no lar. Na organização e funcionamento da biblioteca se espelhariam as suas incumbências relativas à organização e funcionamento da casa; no interesse pelos livros estaria implícito o seu papel de produtora de cultura, aceitando chances restritas de carreira e de exercício de autoridade a bibliotecária estaria simbolizando a sua subordinação na esfera doméstica.” (OLINTO, 1997, *apud* PENA, 2007, p. 63)

Segundo Walter e Baptista (2007), é parte do imaginário popular o aspecto visual e comportamental dos bibliotecários, sendo esta profissão associada às mulheres e com um estereótipo específico, geralmente uma idosa, com o comportamento pouco receptivo aos usuários e imaginada fazendo um gesto de quem pede silêncio. Também parte dos estereótipos estabelecidos aos bibliotecários estão em suas atividades no ambiente de trabalho, sendo sua principal função como profissional a recolocação de livros nas estantes. Essa representação social atribuída à profissão baixo status social, uma vez que associada ao espaço doméstico a que as mulheres sempre estiveram submetidas.

Radford e Radford (1997, *apud* WALTER e BAPTISTA, 2007, p. 33) destacam que a imagem que se tem de mulheres bibliotecárias pode ser um fator que está além dos estereótipos, podendo estar associada a poder, conhecimento e medo. O poder relacionado ao domínio da coleção, o conhecimento ligado ao domínio do ambiente onde este se coleciona e o medo do usuário que busca a informação de parecer pouco inteligente para os profissionais da biblioteca. Portanto, o estigma negativo atribuído aos profissionais bibliotecários seria uma forma de lidar com os elementos anteriormente citados.

Também são feitas reflexões quanto a questões de gênero na profissão ao colocar em questão a apropriação da informação pelas mulheres. Crippa (2011) propõe a mediação centrada na diferença sexual do acesso ao conhecimento institucional e público, por meio de um mapeamento do papel de protagonismo das mulheres profissionais da informação na produção e disseminação de saberes e a apropriação da informação por parte das usuárias. O que impulsiona a colocação é a negação histórica da genealogia das mulheres e a dominação dos moldes patriarcais nos espaços públicos.

Para as mulheres, a circulação e a contextualização de seus trabalhos e ideias sempre foi uma questão de grande relevância, em razão da óbvia necessidade de se tornar ator da história, visível, ser parte das discussões sobre elas e sobre sua relação entre público e privado. Os estudos de gênero, fornecendo as ferramentas de análise de como e para quem a participação das mulheres se torna elemento de transformação da realidade e é parte da história, se tornam significativos nas ações de mediação e apropriação da informação em um sistema de circulação de saberes institucionalizados. (CRIPPA, 2011. p.3)

Não pode ser verdadeiro e eficaz um sistema de informação que não aceite o ser homem/mulher e permita que a identidade feminina fique privada dos processos de circulação e apropriação da informação<sup>26</sup>, silenciando a existência feminina por meio da imposição do conhecimento masculino como proposta universal. As mulheres acabam tendo que se adequar ao modelo normativo universal e torna-se irrelevante o fato de que essas profissionais e usuárias sejam do sexo feminino.

Segundo afirma Carvalho (2013), o profissional que atua em bibliotecas tem que ter consciência que a produção de conhecimento não é neutra, e sim marcada por questões de gênero. Portanto, enquanto profissional que lida com circulação de informações produzidos com um molde patriarcal, deve mediar a informação levando em conta as questões que envolvem a produção de conhecimento. Somente quando houver igualdade de gênero no processo de apropriação da produção e circulação do conhecimento é que o acesso às bibliotecas públicas será igual para homens e mulheres.

---

<sup>26</sup>Ver. CRIPPA, Giulia. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2011. p. 8

Estudos feitos sobre as escolhas de profissões enfatizam que a opção por ser bibliotecária está associada diretamente com a questão de ser uma profissão feminina, portanto à “natureza das mulheres” e a facilidade de inserção nesse meio, evidenciando a forma com que essas profissionais se reconhecem enquanto ser do sexo feminino.

Esses estudos objetivam desvendar formas de submissão das mulheres em diversos contextos, entre os quais o do mundo do trabalho no qual as mulheres estão em geral associadas a profissões de pouca demanda e em grande parte associadas a salários mais baixos, é o caso, por exemplo, das empregadas domésticas e das professoras. Nas profissões de nível superior os estudos de gênero têm demonstrado as dificuldades das mulheres de competirem no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens, nesta situação as relações de poder têm sido um fator preponderante na definição de cargos de direção em que as mulheres estão em grande parte sendo gerenciadas por homens. (FERREIRA, 2010, *apud* FERREIRA E VEIGA, 2013, p. 6)

Na análise de Espírito Santo (2008) sobre estudos de gênero na Ciência da Informação no Brasil, entre os 28 artigos analisados, somente um publicou mais de uma vez e apenas uma revista nacional publicou sobre o tema. O interesse em publicar estudos que incluam a mulher como objeto de estudo não é suficiente, é necessário que se façam estudos para verificar a desigualdade de gênero e observar a participação feminina nesse campo.

Incluir a mulher como objeto de estudo da CI vai além da publicação de artigos em periódicos científicos que concluem ser pequena a participação feminina na construção do saber do campo. É preciso ainda aprofundar a reflexão em torno das causas que as mantêm ainda hoje menos produtivas que os homens, dentro dessa que é uma área historicamente feminina em todo o mundo. (ESPÍRITO SANTO, 2008, p. 327)

Em um recorte feito por Pena (2007), entre os anos 1985 e 2005 a quantidade de Profissionais da Informação (PI's) do sexo masculino subiu de 1.102 a 3.680 e a quantidade de PI's mulheres subiu de 8.070 a 10.261. O número de mulheres em 1985, era cerca de 7,3 vezes maior que o número de homens e caiu para 2,79 em 2005.

Em função das mudanças advindas do crescente uso das tecnologias e sua interação com a profissão, foi despertado o interesse dos homens por estas, aumentando o número de profissionais do sexo masculino. A partir dessas mudanças, também surgiu a questão das novas denominações do profissional, uma vez que o termo Profissional da Informação oferece uma sensação de maior

aceitação social, enquanto que Bibliotecário remete à biblioteca e a todos os estereótipos negativos implícitos citados anteriormente.

Como destaca Pena (2007), a crescente inserção de homens na biblioteconomia e a preferência destes com o surgimento de tecnologia na área, revela o interesse pelo distanciamento da Biblioteconomia e aproximação ao mundo da informação. Ademais, em uma tentativa de se afastar do estereótipo feminino da profissão, homens bibliotecários passaram a se interessar mais por tarefas intelectuais, deixando às mulheres as tarefas técnicas.

Para possibilitar a inserção feminina e a igualdade de oportunidades na participação de áreas tecnológicas que vêm crescendo, Oliveira (2005) propõe a criação de uma política pública na área de ciência e tecnologia segundo uma ótica de gênero a nível local, regional e nacional, para promover a igualdade entre homens e mulheres. A proposta inclui a construção de um sistema integrado de indicadores que direciona ações que visam a participação feminina nessa área de formação, usando como meio a produção, construção e disseminação de estatísticas públicas.

### 1.3 Mulheres no poder

#### 1.3.1 Empoderamento

Diante de uma profunda transformação da realidade social, o tema poder tem ocupado cada vez mais espaços de debate. Discutir a inclusão e exclusão de sujeitos sociais que desejam ter uma identidade social definida diante do poder público e as dificuldades encontradas pelas mulheres enquanto sujeitos marginalizados ao poder, são essenciais para o debate do poder nas relações de gênero. Por tanto, se torna pertinente a conceituação de empoderamento e o debate deste, em específico quando aplicado às mulheres.

Segundo León (1997), a parte que mais chama atenção no termo empoderamento é a palavra poder, de forma que deixa implícito as relações de poder e do poder como relação social. As relações de poder podem significar

dominação, e ao empoderar-se as mulheres enfrentam e resistem a essas fontes existentes de poder, podendo inclusive controlá-las. A ideia de empoderamento também é relacionada como uma nova noção de poder, baseada em relações mais democráticas e impulsiona o compartilhamento deste.

A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aquire poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos. (HOROCHOVSKI, 2007. p. 486)

Lisboa (2008) afirma que segundo a perspectiva feminista, empoderamento é o poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres, é uma condição para obtenção de igualdade de gênero e um desafio às estruturas patriarcais – onde o poder é dominado por homens e há uma reprodução da posição subalterna feminina. Portanto, o empoderamento significa uma mudança na dominação dos homens sobre as mulheres, permitindo maior autonomia, controle sobre seus corpos, repúdio ao abuso físico e demais violações.

Como afirma León (2000), o uso do conceito empoderamento teve origem nos anos 1960, no discurso pelos direitos civis da população afro-americana dos Estados Unidos, que identificou a busca do “poder negro” como estratégia para reivindicar. Posteriormente, nos anos 1970, as Ciências Sociais e o movimento de mulheres, particularmente a vertente feminista, retomaram o conceito e o desenvolveram, dando importância à ideia de poder a que remete. As mulheres se empoderaram através de decisões coletivas e mudanças individuais.

Mesmo diante de tantas transformações ocorridas na condição feminina, atualmente muitas mulheres não tem o poder de decisão sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeito, não exercem e muito menos acumulam poder, porém o reproduzem, não em benefício próprio e sim aos que controlam o poder. Podem alcançar uma pequena parcela de poder ou pequenos poderes, que em alguns momentos rompem com a supremacia masculina, mas que seguem sendo poderes absolutamente desiguais, segundo afirma Costa (2004).

A sociedade, através de suas instituições, cultura, crenças e tradições, no sistema educacional e na divisão sexual do trabalho, constroem a bipolaridade entre o masculino e feminino, como opostos e assimétricos, e desenvolvem uma relação de domínio e subjugação. O domínio patriarcal do homem sobre a mulher está presente desde o espaço privado até o espaço público e, como ressalta Costa (2004), diante desse domínio não é necessário discriminar ou violentar as mulheres abertamente para demonstrar poder, uma vez que este já está assegurado através de privilégios masculinos.

Segundo Stromquist (1997 *apud* COSTA, 2004, p.7), são parâmetros para o empoderamento a construção de uma autoimagem e confiança positiva, o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente, a construção da coesão de grupo, a promoção da tomada de decisões e a ação. O processo de avanço da mulher pode se dar pela igualdade de bem-estar, de acesso aos recursos, da conscientização, da participação e do controle.

Segundo León (1997), se visto de outro ângulo, o empoderamento de mulheres também libera e empodera homens em aspectos materiais e psicológicos, à medida que a mulher passa a ter mais acesso a recursos materiais que beneficiam a família e comunidade, possibilitando compartilhar esse tipo de responsabilidade, e também permite ao homem novas experiências emocionais que os liberta dos estereótipos de gênero. Portanto, o empoderamento das mulheres não consiste somente em uma mudança de comportamentos e experiências para elas, como também para seus companheiros e demais homens.

### **1.3.2 Gerenciamento do espaço doméstico pelas executivas**

Segundo discutido anteriormente, há dúvidas quanto à emancipação das mulheres, uma vez que segundo sua classe social pode ser que elas deleguem “suas” antigas tarefas a outras mulheres ou que fiquem duplamente encarregadas do espaço privado, trabalhando por ele em sua casa e em casas alheias.

Aguiar e Cyrino (2010) afirmam que, segundo a pesquisa por elas realizada, as tarefas domésticas braçais como lavar roupas, lavar louça e cozinhar não fazem

parte do cotidiano das mulheres executivas e que essas tarefas são realizadas por empregadas e empregados domésticos. A presença de empregados na residência de mulheres executivas é na maior parte das vezes a realidade no cotidiano da família.

Mesmo com essa real afirmação e dando maior foco ao problema colocado neste trabalho, na vida de mulheres executivas ainda há responsabilidades do âmbito privado, uma vez que gerenciar o conjunto de trabalho a ser delegado é uma responsabilidade daquele que delega, portanto a responsabilidade pelas tarefas do cotidiano familiar nas casas de mulheres executivas também continua sendo exclusivamente feminina.

Cyrino (2011) ressalta a importância de estudar o uso do tempo das mulheres executivas e a participação em atividades domésticas, executando ou delegando tarefas, pois são estas as que representam o importante observatório para a análise de mudanças das relações de gênero na sociedade, ao colocar em foco a emancipação feminina por meio de sua inserção no mercado de trabalho. A autora questiona também até que ponto o fato de mulheres estarem ocupando cargos de poder altera a dinâmica familiar, que tem a figura feminina como responsável por administrar as atividades do lar.

O uso do tempo é destacado por Dedecca (2004), dentro do sistema capitalista de produção e trabalho, como pouco explorado e dividido pelo autor em duas dimensões: tempo para reprodução econômica e para reprodução social. O tempo para reprodução econômica se refere ao destinado ao trabalho e deslocamento para que este ocorra e o tempo de reprodução representa a organização domiciliar, lazer e sono conciliados, tornando-se um desafio para as mulheres que trabalham em casa e fora dela.

Ao gerenciar as atividades domésticas, as mulheres têm que fazer planos para as atividades, coordenar, gerenciar o tempo para execução de tarefas e resolver imprevistos que surgirem. Segundo Cyrino (2012), o tempo aplicado a essa gestão de atividades é incalculável, por que não há uma jornada fixa de trabalho e por que o processo de organização das atividades familiares nunca acaba, uma vez

que a limpeza, a alimentação e todos os processos domésticos são contínuos e com durabilidade indefinida.

Ao fazer uma analogia com a coordenação empresarial, Cyrino (2012) observa que planificar e supervisionar envolvem um alto grau de esforço mental e, por esse motivo, esse trabalho é valorizado nas empresas; porém, nas casas é desvalorizado o trabalho das responsáveis por coordenar, sincronizar e organizar a vida familiar. Ainda na analogia com uma empresa, a autora coloca dois pontos relativos a gestão: o gestor é responsável pela seleção de pessoas às quais delegará funções e também responsável pelo resultado final, fato que se pode aplicar a essas mulheres executivas responsáveis por gerenciar as tarefas domésticas.

Bruchini (2004) apresenta tendências para a participação das mulheres no mercado de trabalho no século XX, incluindo mulheres executivas: destaca o aumento da presença destas no mercado de trabalho nos anos de 1980, sendo mais especificamente as mais escolarizadas as que assumem postos de poder. Dá ênfase ao fato de que continuam sobrecarregadas pelas atividades domésticas e familiares e ressalta as dificuldades de conciliar a maternidade com o trabalho.

### **1.3.3 Teto de vidro: metáfora para a segregação vertical**

Segundo Steil (1997) o conceito “teto de vidro”, também chamado teto de cristal, foi introduzido nos Estados Unidos na década de 1980, para descrever a barreira sutil e transparente que impossibilita a ascensão profissional de mulheres a níveis altos de hierarquias organizacionais. É uma metáfora usada para ilustrar a barreira que impede as mulheres de avançar individualmente, por questões que estão exclusivamente ligadas ao seu gênero e não pela falta de habilidades para assumir funções que estão no topo da hierarquia.

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita

por homens. (BEAOUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*, Rio de Janeiro, 1980, p. 14)

Entre aspectos das relações de gênero enraizados no cotidiano de trabalho que influenciam na pirâmide organizacional, estão as brincadeiras no âmbito administrativo, nos programas de marketing, na linguagem corporal, na comunicação face a face, na utilização do espaço e do tempo, e no uso de metáforas e linguagens em cartas formais. São conflitos de gênero que ocorrem nas organizações e que estão subentendidos e velados na comunicação e nos atos, portanto são dificilmente reconhecidos, detectados e, por consequência, apresentam dificuldades para ser estudados. Alguns autores, inclusive, acreditam que a não-investigação do fenômeno “teto de vidro” esteja dentro de uma estrutura de poder que mantém as desigualdades de gênero como forma de oprimir.

Outro aspecto também colocado é o comprometimento organizacional, relacionado à capacidade de assiduidade e estabilidade das mulheres no trabalho: há uma preocupação por parte das organizações em investir recursos e tempo para treinar mulheres que, segundo o ponto de vista daquelas, depois de casar, terão filhos e deixarão a organização. Esse é um ponto essencial para explicar as possibilidades de ascensão no trabalho oferecidas a homens e mulheres.

Rocha (2006) propõe o rompimento do teto de vidro por parte de mulheres que chegam a ocupar cargos de poder, ou que ocupam funções no topo da pirâmide organizacional, uma vez que têm sido um espaço ocupado por homens e que, segundo uma constatação atual, está se estabelecendo uma crescente representação das profissionais – chamadas pela autora postos-chave das empresas.

A metáfora também remete às propriedades físicas do teto de vidro, que segundo afirmações de diferentes pesquisadores pode ser permeável, rígido e facilmente estilhaçado. Pode ser estilhaçado e permeável, portanto haverá maior facilidade de chegar à parte superior da pirâmide, se comparado com outros materiais. Em contrapartida, para outros autores o teto de vidro pode ser rígido e mesmo que haja uma possibilidade de estilhaçá-lo, causaria muito ruído e desconforto para todos. Além disso, as possibilidades de ascender a níveis mais

altos dependem e fazem parte de todo um contexto, segundo construções culturais ou aspectos individuais de cada mulher.

Foi desenvolvida uma pesquisa por Puppín (2001), e nesta a pesquisadora afirma que as mulheres são minoria no topo da pirâmide organizacional, mas que o número tem crescido nos últimos anos, fazendo uma associação com a permeabilidade que o teto de vidro permite. Mesmo com a referida permeabilidade, a pesquisa aponta dificuldades que as mulheres encontram ao chegar em altos cargos, como um boicote por parte dos funcionários em torno do gerenciamento de uma mulher.

Segundo Bandinter (2005), a porcentagem de mulheres desempregadas ainda é maior que a dos homens, mesmo que por muitas vezes tenham nível mais avançado de escolaridade. E ainda afirma que não só há uma preferência por homens no topo da pirâmide organizacional, como também há uma evidente diferença salarial a favor destes. Essa situação segue conservada por homens, o que permite a permanência do poder exercido nesse tipo de estrutura.

Para Tabak (2002), a baixa participação feminina não vem somente em consequência de obstáculos institucionais mas também de obstáculos psicológicos, visto que as mulheres se sentem inseguras sobre sua capacidade de avançar profissionalmente, evidentemente por falta de apoios sociais que possibilitem o comprometimento dessas mulheres no trabalho, como creches e demais serviços sociais. Portanto, para uma melhor consideração da segregação de gênero no mercado de trabalho é importante analisar o espaço público ou a organização envolvida, a esfera privada ou doméstica e as construções sociais envolvidas no desenvolvimento humano segundo o sexo.

## **2 O problema**

Somente com o recente processo de emancipação feminina, através da conquista do direito à educação – com a lei geral do ensino de 5 de outubro de

1827<sup>27</sup> –, o reconhecimento do voto feminino em 1932 – pelo decreto nº 21.076, incorporado à carta constitucional de 1934<sup>28</sup> – e a inserção das mulheres no mercado de trabalho – que começou após a primeira guerra mundial e se fortaleceu na década de 60, através dos movimentos pela emancipação feminina – é que foi possível a inclusão das mulheres no âmbito público, com participações políticas<sup>29</sup> e trabalho fora do ambiente doméstico.

As mulheres começaram a se inserir no mercado de trabalho, mesmo que as atividades desenvolvidas sempre estivessem associadas ao cuidado<sup>30</sup> da sociedade, sugerindo mudanças e conquistas; porém, ainda marcadas pela divisão sexual do trabalho e designando às mulheres atividades semelhantes às que eram exercidas no ambiente doméstico. Em decorrência das atividades voltadas ao cuidado, surgiram as profissões femininas<sup>31</sup>, entre estas a Biblioteconomia está incluída.

Em consequência à divisão sexual do trabalho surgiram as chamadas segregação horizontal e vertical<sup>32</sup>, que consistem basicamente na distinção de profissões para homens e mulheres, resultando em disparidade salarial e ocupacional e em empecilhos visíveis ou invisíveis para que mulheres assumam cargos de poder, respectivamente. Portanto, mesmo que inseridas no mercado de

---

<sup>27</sup> Ver. PINSKY, C. B. **Nova história das mulheres**. São paulo: Contexto, 2012. p. 334

<sup>28</sup> Ver. ARAUJO, Rita de Cássia Barbosa de. **O voto de saias**: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Estud. av.*, São Paulo, v. 17, n. 49, Dec. 2003.

<sup>29</sup> Ver. RIDENTI, Marcelo S. **As mulheres na política brasileira**: os anos de chumbo. São Paulo: Tempo Social. 1990

<sup>30</sup> Ver. MARCONDES, M. M. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In: YANNOULAS, Silvia C. (Coord.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Abaré, 2013. p. 251-279

<sup>31</sup> Ver. FERREIRA, M. M.; BORGES, E. P.; BORGES, L. C. Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da/o bibliotecária/o. In: Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão, e Ciência da Informação, 2010, João Pessoa. 31. p. 162

<sup>32</sup> Ver. BARROS, Alice Monteiro de. Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho. **Revista de direito do trabalho**, v.32, n.121, p.9-28, jan./mar. 2006. p. 75

trabalho, em que quase sempre assumem ocupações consideradas femininas, as mulheres raramente chegam ao topo da pirâmide organizacional<sup>33</sup>.

Como forma de questionar as relações de poder existentes entre homens e mulheres, o movimento feminista brasileiro da década de 1960 começa a discutir gênero como categoria que rejeita o determinismo biológico e que coloca o feminino “naturalmente” frágil e o masculino como “naturalmente” forte, ou como lugar natural da mulher o espaço doméstico e natural do homem ocupar espaços públicos. Na realidade, para o movimento feminista, a distinção é vista como uma construção social e cultural imposta por meio de um processo de socialização em que as identidades são construídas e definidas segundo papéis, atitudes e valores atribuídos a homens e mulheres.

Refletir sobre as questões de gênero na Biblioteconomia se faz pertinente ao observar que há evidências de segregação horizontal na profissão, uma vez que as atividades desenvolvidas nesta são consideradas uma “extensão” das tarefas domésticas, espaço que foi designado às mulheres no decorrer da história; e segregação vertical evidenciada ao observar que é desproporcional a quantidade de mulheres na Biblioteconomia – podendo ser considerada uma profissão feminina<sup>34</sup> – com relação às que assumem cargos de poder nessa área. Segundo afirma Ferreira e Veiga (2013), é possível observar que os poucos lugares de poder na biblioteconomia são ocupados por homens.

Algumas alternativas propostas para solucionar, mesmo que parcialmente, as questões de desigualdades nas relações de gênero são o empoderamento por parte das mulheres e o rompimento do teto de vidro. O empoderamento, capacidade de os indivíduos decidirem questões que lhes dizem respeito<sup>35</sup>, dá uma nova idéia de

---

<sup>33</sup>Ver. STEIL, Andrea Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração da USP**. São Paulo, v.32, n. 3, pp. 62-69, jul/set, 1997. p.64

<sup>34</sup>Ver. FERREIRA, M. M.; BORGES, E. P.; BORGES, L. C. Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da/o bibliotecária/o. In: Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão, e Ciência da Informação, 2010, João Pessoa. p. 162

<sup>35</sup>Ver. HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 486

poder, baseada em relações mais equilibradas, e ao empoderar-se as mulheres enfrentam e resistem às formas de poder opressoras.

### **3 Objetivo geral**

Dar a conhecer alguns aspectos das relações de gênero e poder na Biblioteconomia.

#### **3.1 Objetivos Específicos**

1 – Apresentar os conhecimentos sistematizados acerca da emancipação feminina, questões de gênero e relações de poder;

2 – Descrever brevemente a gestão de Jannice de Mello Montes-Mór frente à Biblioteca Nacional;

3 – Analisar dados quantitativos da representação feminina das alunas no curso de Biblioteconomia na Universidade de Brasília (UnB) e das funcionárias e diretoras da Biblioteca Central da UnB.

### **4 Metodologia**

O trabalho é dividido em três capítulos: o primeiro é a revisão de literatura; o segundo é uma estudo de caso sobre a gestão de Jannice de Mello Monte-Mór na Biblioteca Nacional; e o terceiro é uma análise quantitativa de mulheres e homens que fizeram graduação na Faculdade de Ciência da Informação (FCI) e da quantidade de funcionários e diretores do sexo feminino e masculino na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE).

Para atingir o objetivo geral, utiliza-se uma pesquisa bibliográfica, um estudo de caso e uma análise quantitativa. Com o objetivo de apresentar brevemente o histórico da emancipação feminina nas últimas décadas e conceituar gênero, para a melhor compreensão dos objetivos, a pesquisa bibliográfica faz-se necessária.

Na primeira parte do primeiro capítulo faz-se um breve apanhado histórico do processo da emancipação feminina no Brasil, pontuando as conquistas no espaço público como o voto, a educação, o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho e conquistas gerais de âmbito público. Na segunda parte da revisão de literatura, conceitua-se gênero, coloca-se brevemente algumas questões de gênero no trabalho e faz-se uma revisão de literatura de gênero na profissão bibliotecária.

Ainda no primeiro capítulo, na terceira parte é feita uma abordagem com respeito a mulheres no poder e algumas questões relevantes, como o empoderamento feminino e o gerenciamento do espaço doméstico pelas executivas, que mesmo trabalhando fora do âmbito privado, continuaram sendo responsáveis por organizar as tarefas domésticas. Também foi colocada a teoria do teto de vidro, metáfora usada para apontar as dificuldades encontradas pelas mulheres para chegar a cargos de poder e permanecer nos cargos do alto da pirâmide organizacional.

No segundo capítulo é apresentado um estudo de caso do gerenciamento da Biblioteca Nacional feito por Jannice de Mello Monte-Mór, no período de 1971 a 1979, que segundo o Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª região, foi um dos principais marcos da história da Biblioteca Nacional<sup>36</sup>. Faz-se um breve apanhado das ações realizadas por Jannice enquanto gestora e destaca a implementação da reforma administrativa realizada nesse período – que inclui uma reforma física e estrutural da BN – a implementação da microfilmagem como meio de preservar o acervo, o desenvolvimento do formato CALCO (Catalogação Legível por Computador) e demais projetos realizados por ela no período em que administrou a BN.

O terceiro e último capítulo é uma análise quantitativa, na qual a amostra selecionada são os estudantes de Biblioteconomia da UnB desde o início do curso

---

<sup>36</sup>Disponível em: <<http://crb7.org.br/PDF/Boletins/20050709.pdf> > Acesso em 14 de julho de 2014.

na universidade, em 1962, até o ano de 2013 e os bibliotecários e diretores da BCE desde 2000 até 2014. A necessidade da análise está relacionada com os objetivos de verificar questões de gênero na biblioteconomia<sup>37</sup>, e terá como parâmetro a porcentagem de mulheres e homens nos grupos descritos. Os dados foram coletados na secretaria da FCI e no arquivo da BCE, no período de abril a julho de 2014.

## 5 Análise

### 5.1 Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional pode ser chamada de museu de toda a bibliografia produzida, de diversas áreas do conhecimento, diversos idiomas e diversos países, ao longo da história nacional, segundo afirma Monte-Mór (1972). O acervo de uma Biblioteca Nacional deve oferecer informações que possibilitem o desenvolvimento cultural e que no futuro se possa acessar a produção intelectual do passado, e para que seja possível a recuperação dessa informação deve-se fazer um bom trabalho de catalogação, classificação e manter as obras sempre atualizadas. O conceito de Biblioteca também está relacionado com o papel que ela tem onde se localiza, a quem deve prestar seus serviços, a relação com outras bibliotecas e seus sistemas integrados de compartilhamento.

Entre as funções de uma Biblioteca Nacional estão (1) adquirir e conservar exemplares de todas as publicações impressas no país, de acordo com o depósito legal; (2) elaborar uma bibliografia nacional; (3) centralizar informações bibliográficas do país; (4) reunir uma coleção ampla de produção estrangeira, inclusive com obras

---

<sup>37</sup>As questões de gênero podem ser evidenciadas pelo simples fato da Biblioteconomia ser uma profissão feminina, segundo explica Barros(2006) sobre segregação horizontal e a segregação vertical, evidenciada por Ferreira e Veiga (2013) ao afirmar os poucos lugares de poder na Biblioteconomia são ocupados por homens.

relativas ao próprio país; (5) compilar catálogos coletivos; e (6) publicar a bibliografia nacional anteriormente publicada<sup>38</sup>.

Diante da necessidade de cooperação entre bibliotecas mundiais foi criado, em 1971, o Sistema Mundial de Informação Científica (UNISIST) por iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que tem como objetivo diminuir o desequilíbrio tecnológico entre os países desenvolvidos e os chamados países em desenvolvimento, além de tentar tornar compatíveis os diversos sistemas que gerem a informação no mundo. Para que a cooperação ocorra com eficiência e eficácia, a UNESCO exige que haja uma rede nacional estruturada e uma Biblioteca Nacional bem equipada.

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, atual Fundação Biblioteca Nacional, tem o início de sua história na vinda de D. João VI, D. Maria I e outros membros da família real portuguesa, que fugiam da invasão napoleônica, trazendo ao Brasil mais de 60.000 volumes bibliográficos, que vinham da chamada Livraria.

Por meio do decreto de 27 de junho de 1810, o acervo passou a ser designado como Real Biblioteca e foi alocado nas casas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, e por meio de outro decreto – em 29 de outubro do mesmo ano – foi transferida para a antiga catacumba dos Religiosos do Carmo, data que se considera a oficial data de fundação da Biblioteca Nacional. Sendo aberta ao público somente em 1814, a Biblioteca Nacional passa a ser gerida pelo Estado quando a família real volta à Europa – conforme o tratado de 29 de agosto de 1825.

Quatro homens portugueses foram muito importantes para os vinte primeiros anos da Biblioteca: Frei Gregório José Viegas, franciscano; Padre Joaquim Dâmaso; Frei Antônio de Arrábida, franciscano; e Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Respectivamente, os dois primeiros eram bibliotecários e ficaram responsáveis pelo “arranjo” e conservação da Real Bibliotheca, com título de prefeitos, e Luís foi designado zelador oficial dos manuscritos da coroa. Juntos conseguiram a doação e compra de mais de 20 mil livros de grande valor, mapas, desenhos, manuscritos e papéis diversos que constituem o núcleo histórico da Biblioteca.

---

<sup>38</sup>Ver. MONTE-MÓR, Jannice. Reforma da Biblioteca Nacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 15-23, 1972.

Com a Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1822, Portugal fez exigências, em forma de indenizações, pelas propriedades da Família Real Portuguesa que ficaram no Brasil. Na época foi cobrado um milhão e meio de libras esterlinas, um valor altíssimo pago com o empréstimo da Coroa britânica, com altos juros. A Biblioteca era uma das propriedades que ficaram no Brasil, sendo cobrado 800 contos de réis por ela.<sup>39</sup>

Entre 1854 e 1870, não foram feitas muitas aquisições, exceto pelas *propinas*, que eram as obras que deveriam ser entregues ao acervo da Biblioteca – segundo o alvará de 12 de outubro de 1805 – de um exemplar de cada obra impressa em Portugal e depois no Rio de Janeiro, o que posteriormente seria o atual Depósito Legal – Decreto de 20 de dezembro de 1907.

No ano de 1858, a Biblioteca é transferida para o Largo da Lapa e seu acervo cresce tanto que passa a ocupar um prédio anexo. Em 1910 é inaugurado o prédio para Biblioteca que Jannice viria a dirigir em 1971: sua estrutura e instalações atendiam às exigências técnicas, e estava planejada para abrigar 400.000 volumes, mesmo que já possuía mais de meio milhão de volumes. Um ano depois, em 11 de julho de 1911, foi criado o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil, que era ministrado na própria Biblioteca e seguia o modelo da *École de Chartres*, francesa.

Em um período de vinte anos, sete diretores estiveram à frente da Biblioteca Nacional, todos eles lutando contra as dificuldades orçamentárias, insuficiência de pessoal e, segundo Carvalho (1992, p.17), os últimos inclusive tiveram que driblar as “armadilhas” da ditadura militar. Não foram vinte anos improdutivos: alguns dos administradores eram grandes intelectuais mas não tinham conhecimentos administrativos e, mesmo que reconhecessem as carências, não recorriam a especialistas que os auxiliassem, pelo que a biblioteca decaiu muito.

Ao assumir a Biblioteca em 1971, Jannice Monte-Mór faz o seu primeiro relatório de diretoria, onde descreve a desordem administrativa que encontrou. Ela combateu o problema com firmeza e conseguiu a aquisição de material bibliográfico

---

<sup>39</sup>Ver. de CARVALHO, Gilberto. Biblioteca Nacional de Brasil. Boletín de la ENABAD, vol.42, n.3, 1992, pag.37-75.

e iconográfico e fomentou programas culturais. Fez grande esforço para que a Biblioteca continuasse integrada culturalmente ao país, por meio de cursos, conferências, exposições e participações em congressos.

## 5.2 Jannice de Mello Monte-Mór

Jannice de Mello Monte-Mór nasceu em Osasco (São Paulo), no dia 23 de julho de 1927 e morreu 23 de julho de 2005, aos 78 anos. Passou toda sua vida no Rio de Janeiro cercada por seus quatro filhos Patrícia, Gabriel, Germana e Paula e seus genros José Inácio Parente, Sérgio Luiz e a nora Denise de Abreu.

Foi uma figura importante para a documentação no Brasil. Precursora nos processos de informatização na documentação brasileira, participou da criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) e foi diretora da Biblioteca Nacional por quase dez anos, de 1971 a 1979. Foi a primeira mulher a assumir a direção da BN e, segundo o Boletim do Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª região, sua direção pode ser considerada um marco na história da Biblioteca Nacional<sup>40</sup>.

No período que esteve à frente da Biblioteca Nacional, implantou o sistema de microfilmagem dos periódicos brasileiros em rede nacional; implementou uma reforma administrativa; desenvolveu o formato Catalogação Legível por Computador (CALCO); fez o inventário do acervo de periódicos; tombamento do edifício-sede pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e recuperação física; inventário das seções da Divisão de Referência Especializada; estudo preliminar para o projeto do futuro edifício – Anexo para a BN; instalação do Telex e do Terminal de computador do Processamento eletrônico de dados no Senado (PRODASEN); implantação do International Standard Book Number (ISBN) no Brasil; e por designação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, se tornou Biblioteca Depositária das fitas magnéticas do projeto Machine-Readable Cataloging (MARC II).

---

<sup>40</sup>Disponível em: <<http://crb7.org.br/PDF/Boletins/20050709.pdf>> Acesso em 14 de julho de 2014.

### 5.3 Direção de Jannice de Mello Monte-Mór

Jannice Monte-Mór assumiu a Biblioteca Nacional no dia 12 de maio de 1971, no momento subordinada ao Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura e, portanto, sem o controle financeiro e administrativo, então viu-se a necessidade de rever a função da biblioteca e a partir disso encontrar o mais rápido possível soluções para os problemas ali identificados.

Através de ofícios ao governo, Jannice solicitou a autonomia da BN como órgão, para que pudesse sem prévia autorização realizar rotinas administrativas como a redistribuição de funcionários, a contratação de estagiários para treinamento, solicitação de guardas vigilantes para a proteção da BN, alteração no plano de reparo nas instalações, recuperação do laboratório de microfilmes, encadernação de manuscritos, compra de material e algumas outras; porém, não teve êxito durante sua gestão.

Quando Jannice assumiu a direção, a Biblioteca Nacional estava com grande volume de livros sem processamento técnico, que chegavam ao leitor com seis anos de atraso desde sua aquisição, entre muitos outros problemas negligenciados por anos. Jannice promoveu uma grande reforma administrativa, estrutural e funcional, que foi realizada com o apoio da Fundação Getúlio Vargas – órgão responsável por executar Reformas Administrativas em organismos públicos, na época.

Primeiro fez um diagnóstico preliminar – que descrevia minuciosamente a situação em que se encontrava a biblioteca – e estabeleceu o desenvolvimento de projetos como a organização administrativa estrutural, organização do sistema de pessoal, reorganização do espaço físico, a racionalização do trabalho e sistema de planejamento. Foram também realizados programas de reestruturação de serviços, política de pessoal, promoções culturais, proteção do patrimônio bibliográfico, revisão da legislação específica, conservação do edifício e planejamento para 1973.

Fazia parte do projeto instalar uma nova estrutura administrativa com uma moderna metodologia de organização mais flexível, dinâmica, eficiente e econômica.

Então, inicialmente se procurou evidenciar a necessidade informacional dos usuários quanto à amplitude de áreas do conhecimento e aos tipos de coleção necessárias. Foram criadas formas de racionalizar o trabalho sistematizando a rotina, utilizando processos de automação e definindo como seria o processo de encadernação. Foi prevista também a reorganização de pessoal, redefinindo um novo quadro de funcionários e recrutamento de novos servidores necessários para possibilitar o pleno funcionamento da Biblioteca Nacional. Os quadros abaixo ilustram organogramas que sistematizam a organização de pessoal no ano de 1974 e a posterior organização proposta por Jannice Monte-Mór:

**Figura 1: Organograma da Biblioteca Nacional**

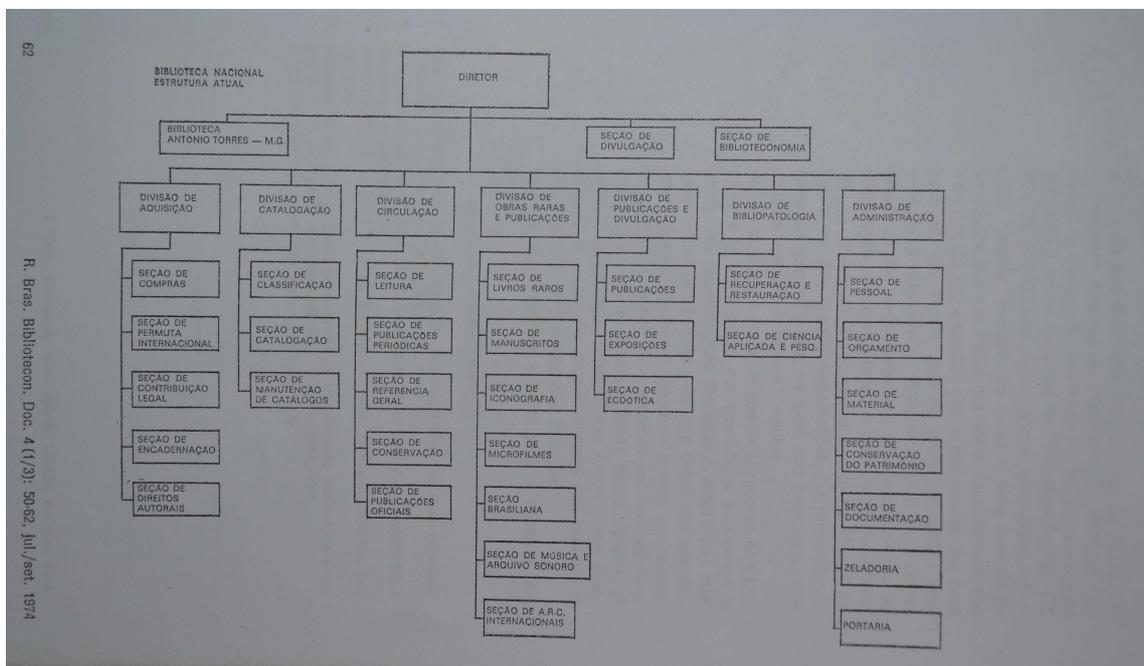
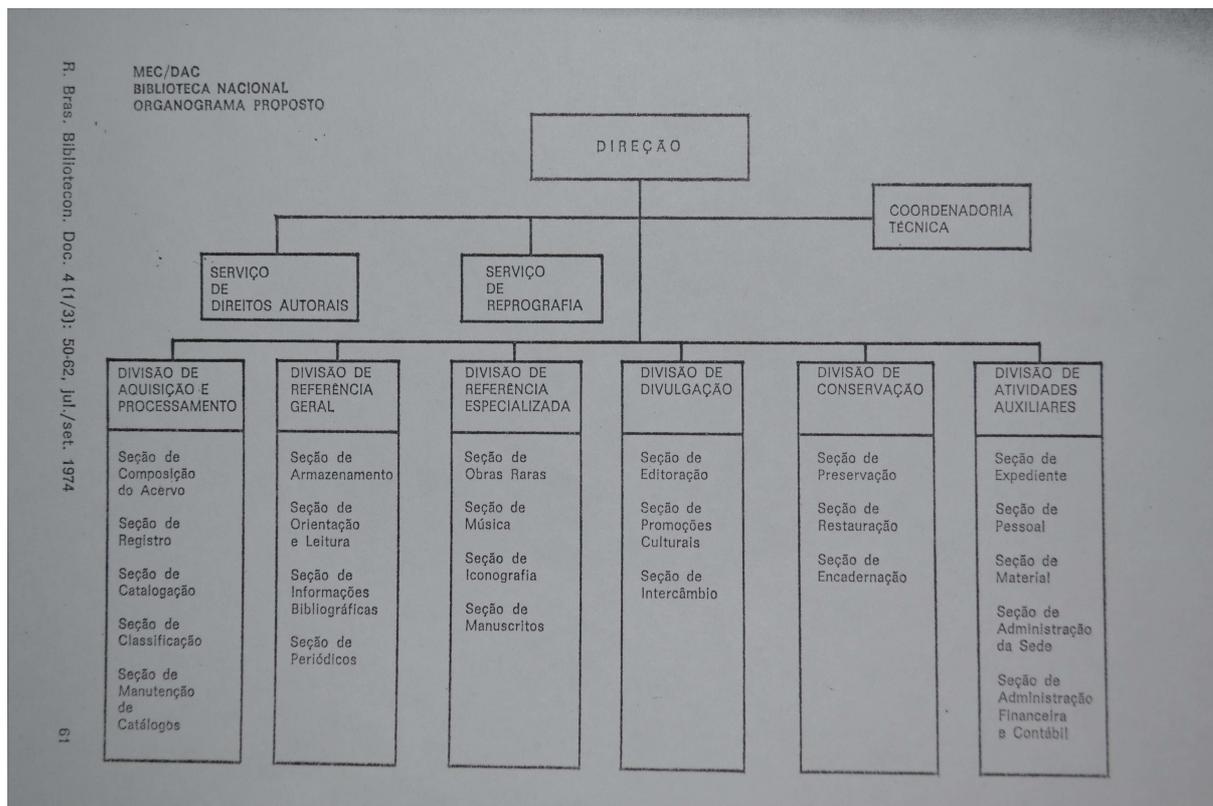


Figura 2: Organograma proposto por Jannice Monte-Mór para a Biblioteca Nacional em 1974



Houve uma reavaliação do espaço físico e, por meio de uma detalhada descrição dos problemas estruturais e análise de todas as plantas topográficas dos andares do prédio, foi feito o planejamento de novas instalações e se previu a necessidade da construção de um anexo. Por fim, o último projeto foi o de sistemática vinculação do planejamento ao orçamento/ programa, onde os diretores e chefes participariam de um curso de gestão e seria estabelecido um sistema de estatística que controlaria o andamento dos trabalhos propostos.

Os processos da biblioteca também mudaram: a aquisição de materiais se deu através da contribuição legal e a permuta internacional. A principal fonte de aquisição da Biblioteca era através da contribuição legal, que consistia na responsabilidade da BN recolher tudo o que se publicasse. Foram recolhidos somente no ano de 1972, 6.000 títulos, e em 1973, 12.400. A permuta internacional, também regida por um decreto específico, trouxe à BN grande volume de material estrangeiro de valor, e por esse mesmo decreto a Biblioteca tinha a obrigação de enviar material brasileiro ao exterior.

No tratamento técnico, o registro das publicações da BN passou a ser unificado, sendo responsabilidade de distintos setores o registro do que entrava por permuta, por compra e por contribuição legal. O registro, catalogação, classificação e desdobramento de fichas para catálogos de material brasileiro eram a prioridade.

A divulgação do acervo era feita pelo boletim bibliográfico, que era elaborado pela divisão de aquisição, logo após o processamento do material recebido na Divisão de Catalogação. Entre os anos de 1968 a 1972, o Instituto Nacional do Livro (INL) publicou a *Bibliografia Brasileira Mensal*, o que ocasionaria duplicação de serviços se a BN estivesse com essa publicação em dia. Portanto, a partir de 1973, por meio de uma negociação com a diretora do INL, passou a ser serviço exclusivo da BN a publicação do boletim bibliográfico, uma vez que fazia parte do regimento da biblioteca a prestação de tal serviço. Foi mantido o ritmo na publicação do *Boletim Bibliográfico*, dos *Anais da Biblioteca Nacional* e dos *Relatórios de Diretorias*. Foi criado o *Centro de Documentação da Música Europeia do século XX*, com apoio e participação de países europeus.

Jannice conseguiu alcançar quase todas as metas propostas. Foi implementada parcialmente a reforma administrativa, foi feito o tombamento do edifício pelo IPHAN e sua recuperação física, a implementação da microfilmagem, o desenvolvimento do formato CALCO, o inventário de acervo de periódicos, inventário das diversas seções, instalação do telex e do PRODASEN, implementação do ISBN no Brasil, designação de biblioteca depositária das fitas magnéticas do formato MARC-II, e aumento nas pesquisas sobre conservação e restauração de documentos.

As únicas três metas que ela não conseguiu alcançar foram o aumento do espaço físico da Biblioteca, a lotação do quadro de pessoal técnico e auxiliar e a autonomia administrativa da Biblioteca. Também em sentido contrário às metas dela, dois anos após deixar o cargo de diretora, a BN foi incorporada à *Fundação Nacional Pró-Memória* – pela portaria ministerial n.º 585 de 29 de outubro de 1981 – que era subordinada à *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, ficando subordinada a mais duas instituições.

Em resumo, Jannice Monte-Mór deu uma condição mais técnica à Biblioteca Nacional, o que foi benéfico, uma vez que algumas direções anteriores à dela foram feitas por renomados intelectuais que, porém, não tinham especialização nem experiência para assumir uma gestão e atingir objetivos relativos a tal instituição.

## **6 Análise quantitativa dos alunos da FCI, funcionários da BCE e diretores da BCE**

A análise quantitativa foi realizada com a intenção de sistematizar o assunto – Gênero na Biblioteconomia – para que seja possível fazer inferências com respeito aos dados coletados: estes apontam uma maioria feminina na profissão e uma maioria de mulheres na direção da BCE, entretanto há uma desproporção da porcentagem de homens e mulheres funcionários se comparadas às porcentagens de diretoras e diretores – se por um lado entre os funcionários as mulheres são maioria, por outro os cargos de direção são ocupados quase que de forma igual entre homens e mulheres.

Inicialmente para este trabalho estava planejado sistematizar o assunto abordado somente por meio do estudo de caso da gestão de Jannice Monte-Mór frente à Biblioteca Nacional, porém ao buscar a família de Jannice Monte-Mór nos foi informado que sua documentação ainda não estava tratada, impossibilitando uma pesquisa mais ampla de sua gestão e vida profissional. Também foram feitas pesquisas na Fundação Biblioteca Nacional, na Biblioteca Acadêmico Luís Viana Filho, na Biblioteca Central da UnB e nos buscadores e metabuscadores da internet, porém foi encontrado pouco material com respeito a ela e ao trabalho realizado por ela na Biblioteca Nacional.

Em buscas por materiais que contivessem o nome de Jannice Monte-Mór e/ou sobre a Biblioteca Nacional com datação entre 1971 e 1979, foram encontrados documentos da reforma administrativa, microfilmes de periódicos, criação do IBBD, desenvolvimento do formato CALCO, os anais da época em que Jannice Monte-Mór esteve à frente da biblioteca, documento com a história da Biblioteca Nacional que

resume a gestão dela e alguns jornais da hemeroteca da Biblioteca Nacional – que continham poucas informações relevantes para a pesquisa.

Posteriormente, foi decidido continuar com o estudo de caso da gestão de Jannice Monte-Mór, incorporando também uma análise quantitativa de um recorte de alunos e profissionais de Biblioteconomia na BCE e na FCI, coletando dados quanto ao gênero dos alunos e funcionários. Foram feitas também tabelas dos dados coletados e gráficos, para a melhor visualização da proporção percentual da predominância de cada gênero.

Na BCE, os dados foram coletados no arquivo interno da Biblioteca e fez-se a busca por registros e listas de funcionários desde a década de 1960 até o ano atual, porém por falta de tratamento não foram encontrados registros de todos os anos que foram inicialmente propostos, sendo possível disponibilizar apenas os dados a partir do ano 2000 – data em que começaram a fazer cópias das folhas de ponto dos funcionários da BCE. Os documentos foram fotografados e organizados em planilha e gráfico, e o mesmo foi feito com a lista de diretores e ex-diretores da BCE.

Na FCI, os dados dos alunos formandos já estavam organizados segundo gênero entre 1985 e 2013, e foi informado que os demais dados dos anos de 1966 a 1984 estariam disponíveis na internet e organizados por listas de nome. Com as imagens do livro – que continha todas as listas de formandos – as informações foram organizadas em planilha e gráfico, dividindo os alunos segundo o gênero. Os dados coletados na FCI já estavam previamente organizados e tratados, motivo pelo qual a sistematização dos dados segundo o sexo dos alunos foi simples e rápida.

Se feita uma comparação das dificuldades de coletar dados na FCI e na BCE, fica uma questão: por que motivo a maioria das informações na FCI já estavam tratadas e na BCE nem sequer estavam disponíveis as listas de funcionários dos anos pesquisados? Talvez uma questão de falta de pessoal ou até de prioridades colocadas quanto ao registro de memória de cada um deles. Faz-se importante questionar os motivos pelos quais instituições ou centros tratam ou não as informações próprias, especialmente os que veem grande importância no tratamento e disponibilização da informação.

Nas planilhas e gráficos respectivos aos funcionários da BCE e aos alunos da FCI tem uma parte denominada “não identificados”, que representa o grupo de alunos que, segundo o nome, não foi possível determinar se são do sexo feminino ou masculino.

Ainda sobre os dados tabulados sobre alunos da FCI no período de 1966 a 2013, é possível inferir que o crescente uso das tecnologias despertou o interesse dos homens pela biblioteconomia, podendo observar tal fato na constatação de um aumento significativo de homens no ano de 2003, sendo que se formaram 28 homens e 14 mulheres nesse ano. Para compreender melhor a desproporção se comparado a anos anteriores, desde o começo de formação de turmas até o ano 1998 nunca o número de homens formandos havia ultrapassado o número quatro e as mulheres estavam quase sempre em um número muito maior, sendo que a média da quantidade de mulheres no período de 1966 a 1998 é aproximadamente 12 por semestre.

## 6.1 Alunos FCI

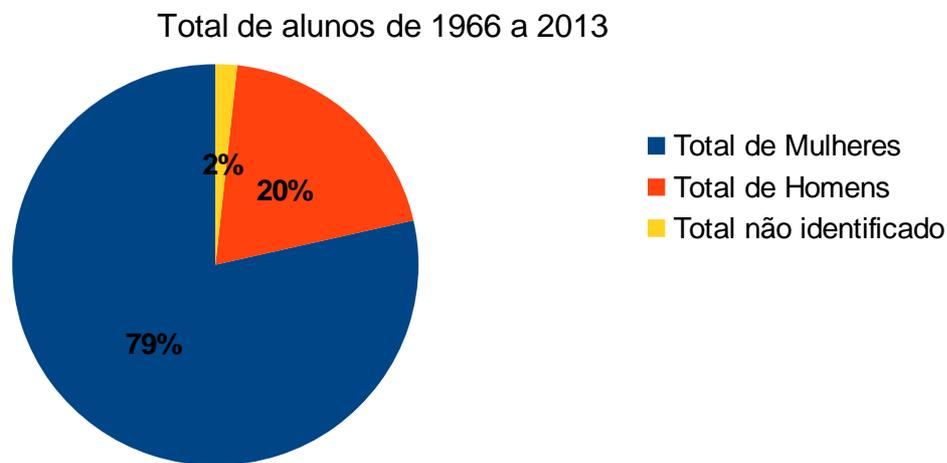
Infere-se da seguinte tabela e gráfico que o número de formandos no curso de Biblioteconomia é predominantemente feminino, sendo o número de mulheres mais de três vezes maior que a quantidade de homens.

**Tabela 1: Tabela com o total de alunos de Biblioteconomia segundo o sexo (1966-2013)**

Total de alunos na FCI segundo o sexo no período de 1966 a 2013			
Total de Mulheres	Total de Homens	Total não identificado*	Total de Alunos
1417	356	31	1804

**Figura 3: Gráfico com a porcentagem de alunos de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da informação segundo o sexo(1966-2013)**

### Alunos de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação



### 6.2 Funcionários BCE

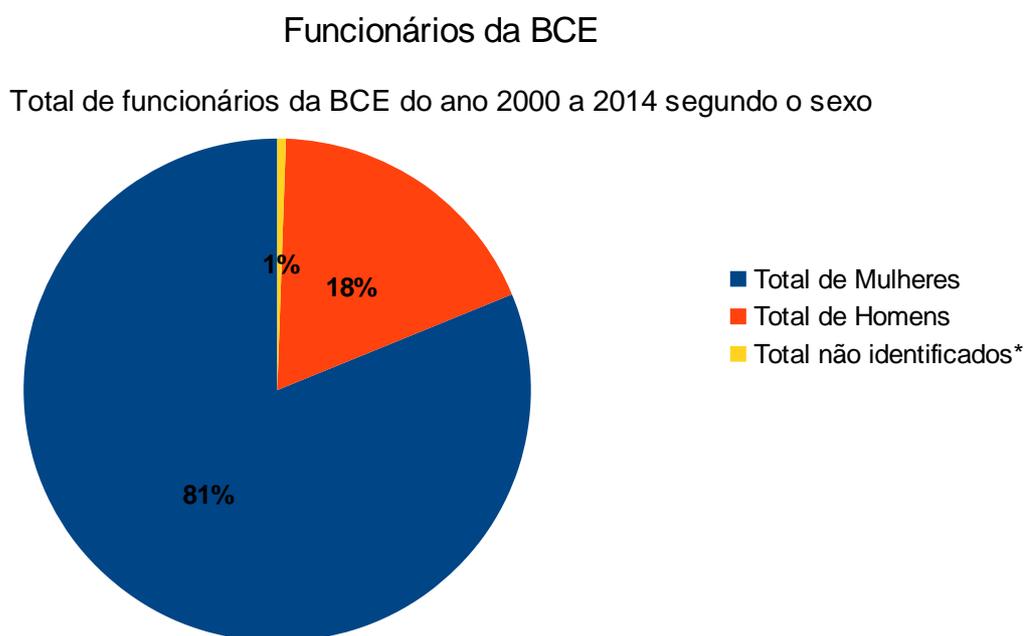
Segundo a tabela e gráfico de dados dos funcionários da BCE, é possível observar que a porcentagem de mulheres e homens é similar à porcentagem de dados coletados sobre alunos formandos da FCI, portanto as mulheres são a grande maioria dos profissionais especializados que atuam nessa biblioteca.

**Tabela 2: Tabela com o total de funcionários da BCE segundo o sexo (2000-2014)**

Total de funcionários da BCE segundo o sexo no período de 2000 a 2014*		
Total de Mulheres	Total de Homens	Total não identificados*
298	67	2

\*Não identificados são aqueles que não se pode identificar o gênero do funcionário segundo seu nome.

Figura 4: Gráfico com a porcentagem de funcionários da BCE segundo o sexo (2000 -2014)



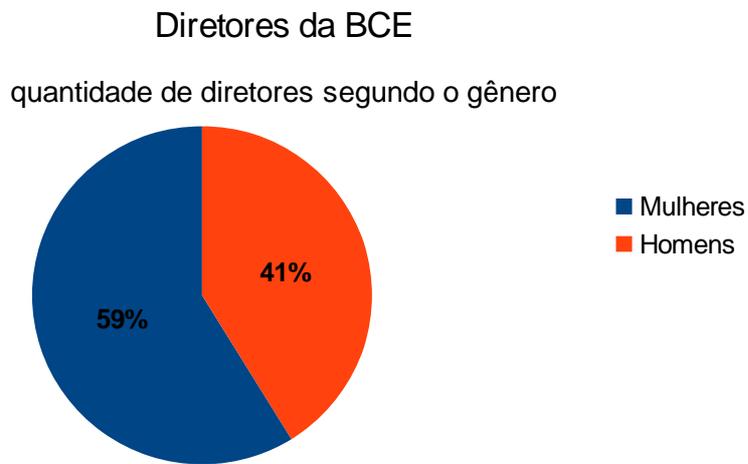
### 6.3 Diretores da BCE

Os dados referentes à porcentagem de diretores e diretoras também aponta uma maioria feminina, porém nesse caso a quantidade de mulheres não está muito acima da quantidade de homens, podendo inferir dos dados que mesmo tendo uma esmagadora maioria de mulheres trabalhando nessa biblioteca, chegam com mais dificuldade ao poder.

Tabela 3: Tabela com o total de funcionários da BCE segundo o sexo (2000-2014)

Diretores da BCE (1962 a 2011)		
Mulheres	Homens	Total
10	7	17

**Figura 5: Gráfico com a porcentagem de mulheres e homens que dirigiram a Biblioteca Nacional(1962-2011)**



## Conclusão

Este estudo surgiu do interesse em contribuir para a discussão do tema Gênero na Biblioteconomia, sendo esta uma profissão que não por acaso tem a maioria de seus profissionais do sexo feminino, uma vez que houve uma construção sociocultural – na cultura ocidental – que impunha e impõe às mulheres o ambiente doméstico, e quando estas finalmente logram se inserir – mesmo que parcialmente – no âmbito público, somente lhes é permitido exercer funções que sejam semelhantes às domésticas.

Primeiramente faz-se uma revisão de literatura onde se aponta, de forma breve, algumas conquistas das mulheres do século XX, como o direito ao voto, à educação e a inserção destas no mercado de trabalho. Após esse apontamento de conquistas, são feitas algumas considerações em torno da perspectiva de gênero e poder – onde se evidenciam teorias e debates consolidados, que posteriormente serão sistematizados no estudo de caso e análise quantitativa.

O segundo capítulo é referente a um estudo de caso da gestão da Biblioteca Nacional, feita por Jannice de Mello Monte-Mór, entre os anos de 1971 a 1979. Tendo como base o suporte teórico inicial, este estudo de caso ressalta uma figura importante na história da Biblioteconomia: sendo uma mulher executiva, Jannice foi a primeira mulher a assumir a direção da BN – após decorridos cerca de 160 anos de seu estabelecimento no Brasil; além disso, realizou um trabalho que teve críticas positivas e fez muitas mudanças na BN no período em que geriu a Biblioteca.

Na primeira parte da revisão de literatura, onde se faz um breve apontamento das conquistas femininas, é dada maior importância e foco à década de 1970, por que contextualiza o momento histórico em que Jannice gerenciou a Biblioteca Nacional e coincide com um período que foi importante para a emancipação feminina, conhecido como a segunda onda feminista. Também para dar referencial teórico à gestão de Jannice Monte-Mór, parte da revisão de literatura tem foco em questões de poder e dificuldades encontradas para alcançar níveis altos na pirâmide organizacional.

Por fim, o terceiro capítulo é uma análise quantitativa de alunos formandos da biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação, de funcionários bibliotecários e de diretores da Biblioteca Central da UNB – organizados segundo o sexo – que tem a intenção de sistematizar dados que podem contribuir para a discussão das questões de gênero na Biblioteconomia. Os dados coletados concordam com a proposição de Ferreira (2010, p. 162) de que as mulheres são maioria na profissão.

A partir da análise quantitativa, infere-se que é possível observar segregação horizontal na profissão bibliotecária, uma vez que os dados coletados apontam para uma maioria feminina nas três amostras, o que faz da biblioteconomia uma profissão feminina e que, ainda segundo Ferreira (2010), após o processo de inserção no mercado de trabalho as mulheres continuaram exercendo funções relacionadas ao cuidado social e consideradas uma extensão das atividades domésticas, o que portanto sugere uma restrição de opções ao fazer uma escolha profissional.

Ao fazer uma comparação dos dados coletados é possível observar que, mesmo que as mulheres sejam maioria em porcentagem em todas as amostras, a proporção é distinta se comparada a porcentagem de funcionárias e graduandas com a de diretoras, o que pode estar associado à chamada “segregação vertical” que, por meio de construções sociais, dificulta ou impossibilita a chegada da mulher ao poder. Há uma desproporção no percentual, sendo que o das funcionárias é por volta de 80% do total, o das graduandas também está perto dos 80% e o das diretoras é aproximadamente 60% do total, o que portanto significa que existe algum motivo para que, em uma profissão feminina, haja quase a mesma chance de um homem e uma mulher estarem no topo da hierarquia organizacional.

Portanto, considera-se pertinente estudar questões de gênero na Biblioteconomia, tema pouco consolidado na área, que tem importância também pelo fato de ser uma profissão mormente feminina, e quando se questiona os motivos dessa predominância é possível compreender melhor o perfil e reconhecimento do profissional bibliotecário. Também são colocadas as questões de poder, o que tem grande relevância para a compreensão das relações de gênero e questões relativas à emancipação da mulher.

## Referências bibliográficas

AGUIAR, N.; Cyrino, R. A articulação entre trabalho doméstico e assalariado: o caso das mulheres executivas. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2010.

ALMEIDA, N. B. F. **Biblioteconomia no Brasil análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino**. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11170/1/2012\\_NeiliaBarrosFerreiradeAlmeida.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11170/1/2012_NeiliaBarrosFerreiradeAlmeida.pdf)> Acesso em: 7 abr. 2014.

ALVES, Sibeles Queiroz da Cunha. **A Mulher no Contexto Trabalho/Família: Jornada dupla ou desafio?** Natal: UNP, 2002. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/69a5e2bb919eaf2e832574b0004bda60/09c058516e8470a003256fa90077639c/\\$FILE/NT000A4466.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/69a5e2bb919eaf2e832574b0004bda60/09c058516e8470a003256fa90077639c/$FILE/NT000A4466.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2014.

ANDRADE, R. M. N. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação- o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. **Patrimônio e Memória: Revista eletrônica do CEDAP**, São Paulo, vol. 4, n. 2, jun. 2009. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/41>> Acesso em: 7 abr. 2014.

ARAUJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, Dec. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18401.pdf>>. Acesso em 12 Jun. 2014

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARBOSA, E. T. R.; BRANDÃO, R. B. A.; TELECIO, R. F. As múltiplas faces do movimento feminista nas décadas de 60 e 70 no Brasil. In: Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença, 3., 2011, João Pessoa. **Anais do III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais**. João Pessoa: UFPB, 2011.

BARROS, Alice Monteiro de. Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho. *Revista de direito do trabalho*, São Paulo, v. 32, n. 121, p.9-28, jan./mar. 2006.

BASTOS, Natalia de Souza. **Mulheres em armas**; memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História, 2004.

BEOAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **História da biblioteca e do bibliotecário no mundo e no Brasil**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/docs/200703-historiadabiblioteca.pdf>> Acesso em: 8 abr. 2014.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea. Trabalho de Mulheres Executivas no Brasil no Final do Século XX. Cadernos de Pesquisa, Campinas, v. 34, n. 121, p. 105-138, jan/abr 2004.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M.; MERCADO, C. M. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: Costa, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C; HIRATA, H. **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 15-33.

CARVALHO, L. A. ; CRIPPA, G. Gênero e Mediação da Informação nas Bibliotecas Públicas. In: XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25., 2013, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2013.

COELHO, C. D. O novo perfil do profissional bibliotecário diante das transformações sociais e tecnologias. In: XXXIII Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão, e Ciência da Informação, 33., 2010, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2010. p. 1-12 Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/52/63>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

COELHO DE SÁ, I. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 31-58, mar. 2013. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/issue/view/43>> Acesso em: 7 abr. 2014.

CONCEIÇÃO, A.C. L. Teorias Feministas: da “Questão da Mulher” ao Enfoque de Gênero. **RBSE**, v. 8, n. 24, p. 738-757, 2009. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao\\_art.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2014.

COSTA, A. A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. **A química das mulheres**. Salvador, p. 20-21, mar. 2004.

COSTA, A. O. (Org.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. 419 p.

CRIPPA, Giulia. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre medição e gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2011.

CUNHA, M. de F. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **História e Ensino**. Revista do laboratório de Ensino de História, v. 6, p. 141-161, 2000.

CYRINO, Rafaela. A gestão do trabalho doméstico entre as mulheres executivas: um exemplo de combinação de dados de uma pesquisa de usos do tempo com metodologia qualitativa. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 29, n. 34, p. 145-162, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mulheres executivas**: a divisão do trabalho doméstico à luz dos estereótipos de gênero. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 188 p.

DEDECCA, Claudio. **Tempo, Trabalho e Gênero**. Campinas: IE/ Unicamp, 2004.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de Gênero na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...**São Paulo, USP, 2008. p. 317-332.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 47-72, 2004.

FERREIRA, M. M. **As caetanas vão à luta**: feminismo e políticas públicas do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2007.

\_\_\_\_\_. A/o profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1486/1460>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Profissões femininas e profissões masculinas: o que é ser bibliotecário no universo de uma profissão “feminina”? In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECÁRIO ARCHIVISTAS Y MUSCÓLOGOS – EBAM, 2., 2010, Lima. Anais... Lima, Peru, 2010. p.11.

FERREIRA, M. M.; BORGES, E. P.; BORGES, L. C. Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da/o bibliotecária/o. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO, E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/viewFile/9637/5227>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

FRREIRA, Maria Mary. TEIXEIRA, Rafaela Pereira. VEIGA, Marcos Aurélio Pereira. O bibliotecário e o mercado de trabalho: relações de classe e gênero. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL, 16., 2011, Goiânia. **Anais...** Goiânia, GO: UFG, 2011.

FERREIRA, M. M. ; VEIGA, M. A. P. Bibliotecário, Trabalho e Salário: o profissional da informação na sociedade de mercado. In: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O DESENVOLVIMENTO DA CRISE CAPITALISTA E A ATUALIZAÇÃO DAS LUTAS CONTRA A EXPLORAÇÃO, A DOMINAÇÃO E A HUMILHAÇÃO, Nº 6., 2013, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2013

FONTANELLI, S. A. **Centro de Memória e Ciência da Informação**: uma interação necessária. São Paulo: USP, 2005. 105 p. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

GAUCHE, S.; VERDINELLI, M. A.; SILVEIRA, A. composição das equipes de gestão nas universidades públicas brasileiras: segregação de gênero horizontal e/ou vertical e presença de homosociabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 4., 2013, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr\\_2013/2013\\_EnGPR87.p](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2013/2013_EnGPR87.pdf)df>. Acesso em: 29 jun. 2014.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Mulheres, 2003. 448 p.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em:

<[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2014.

LEAL, CRUZ, Priscilla. Mulheres Artistas: Há Desigualdade de Gênero no Mercado Das Artes Plásticas no Século XXI?. In: VIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2012, Bahia.

LEÓN, M. Empoderamiento: Relaciones de las mujeres con el poder. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 191-206, 2000.

LISBOA, T. K. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional**. Goiás: UCG, 2003. p.181.

MARCONDES, Mariana Mazzini. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In: YANNOULAS, Silvia C. (Coord.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Abaré, 2013. p. 251-279.

MATOS, M. I.; BORELLI, A.. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **A nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

MONTE-MÓR, Jannice de Mello. Presença da Biblioteca Nacional. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**, São Paulo, v. 4(1/3), n.3, p. 50-62, Jul/set 1974. Disponível em: <[rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/355/330](http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/355/330) > Acesso em: 7 abr. 2014.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Vinte anos de feminismo**. Campinas: Unicamp, 1996.

MUELLER, S. P. M. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1452/1071>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

MUNIZ, D. C. G. Mulheres, trabalho e educação: marcas de uma prática política. In: SWAIN, T. N.; MUNIZ, D. C. G. **Mulheres em ação**: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: Puc Minas, 2005. p. 77-100.

NASCIMENTO, S.M.; FERREIRA, M.M.; BATISTA, I.C. Gênero e universidade: uma abordagem na UFMA. In: PASSOS, E. (Org.) **Um mundo dividido**: o gênero nas universidades do Norte e Nordeste. Salvador: UFBA, 1997. p.163-186.

NORONHA, E. C. S. F; VOLPATO, T. G. **A trajetória educacional e profissional da mulher administradora**. Belo Horizonte. v. 7, n. 2, p. 63-76, jul./dez., 2006.

OLINTO, G. Indicadores de gênero para a sociedade do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, M.; CARVALHO, G. F.; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 13-24, set. 2009.

OLIVEIRA, Vera Aparecida de. **Memórias de mulheres dos movimentos sociais da zona leste de São Paulo**: histórias de resistência. São Paulo: USP, 2007.

ORTEGA RAYA, J. **La aportación de Simone de Beauvoir a la discusión sobre el género**, Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005.

PENA, André de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil**: um estudo a partir da RAIS/MTE, 1985 a 2005. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 65 p.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. 555 p.

PUPPIN, Andréa Brandão. **Do lugar das mulheres e das mulheres fora de lugar**: Um estudo das relações de gênero na empresa. Niterói: EdUFF, 2001.

RIBEIRO, Marlene Fernandes. Movimento sufragista: a configuração social e política no RN (1920). in: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 21., 2013, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <[http://www.epenn2013.com.br/EPENN\\_DISCO/Posterres/GT02/GT02\\_MOVIMENTO\\_SUFRAGISTA.pdf](http://www.epenn2013.com.br/EPENN_DISCO/Posterres/GT02/GT02_MOVIMENTO_SUFRAGISTA.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2014.

RIDENTI, Marcelo S. **As mulheres na política brasileira**: os anos de chumbo. São Paulo: Tempo Social. 1990.

ROCHA, Cristina Tavares da Costa Rocha. **Gênero em ação? Rompendo o 'teto de vidro'?** Novos contextos da tecnociência. Santa Catarina: UFSC, 2006. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88843/235898.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 06/08/2014.

RODRIGUES, J.M; MARQUES, E.C.D.R. O civilizar da mulher na história da educação. In: CONGRESSO DE LETRAS. LINGUAGEM E CULTURA: MÚLTIPLOS OLHARES, 6., 2007, Caratinga. **Anais...** Caratinga: UNEC, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec03/article/viewFile/310/386>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

SANTOS, E. P. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Santa Catarina, v. 14, n. 2, p. 317-332, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000005330&dd1=0b6ca>> Acesso em: 4 abr. 2014.

SANTOS, J. A. Desigualdade social e o conceito de gênero. **Virtú**, Juiz de Fora, v. 1, p. 1-3, 2006.

VITÓRIA, Rafaela Oliveira da. **Gênero, corpo e subjetividade**: uma análise institucional da sexualidade em saúde mental. Brasília: UNB, 2013.

SAPELLI, M. L. S. Expropriação e exploração dos trabalhadores do campo no capitalismo. In: VIII SEMINÁRIO DO TRABALHO, 8., 2012, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago.2004.

\_\_\_\_\_. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 31-48, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>> Acesso em: 4 abr. 2014.

SILVA, Fabricio Trevisan Florentino da. **História e Guerrilha**: entre a tradição rural e a prática urbana. O Brasil das décadas de 60 e 70 do século XX. Franca: UNESP, 2012.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: Mulheres e a luta pelo controle do corpo. **Artcultura**, Uberlândia, v.9, n.14. p. 39-53, jan-jun. 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/084/84soihet.pdf> > Acesso em: 19 jun. 2014.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Bertha Lutz – Uma trajetória feminista e científica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0579.pdf> > Acesso em: 19 jun. 2014.

SOUSA, Rosa; MELO, Marlene. Mulheres na gerência em tecnologia da informação: análise de expressões de empoderamento. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-16, jan/mar. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36658> > Acesso em 14 de julho de 2014.

STEIL, Andrea Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração da USP**. São Paulo, v.32, n. 3, p. 62-69, jul/set. 1997.

VARIKAS, E. Pária: uma Metáfora da Exclusão das Mulheres. **Revista Brasileira de História: A Mulher e o Espaço Público**, São Paulo, v. 9, n. 18, 1989.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.17, n.3, p.27-38, set./dez. 2007.

ZIRBEL, I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil**. Um debate. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence=1>> Acesso em: 4 abr. 2014.

**ANEXO A: Tabela com a quantidade de alunos na FCI separados segundo o sexo entre os anos de 1966 a 2013.**

Quantidade de alunos da FCI no período no período de 1966 a 2013				
Ano/Turma	Mulheres	Homens	Não identificados*	Total
1966	1	0	0	1
1967	10	1	0	11
1968	14	4	0	18
1969	7	4	0	11
1970 – 1	4	1	1	6
1970 – 2	7	0	0	7
1971 – 1	10	0	0	10
1971 – 2	13	3	0	16
1972 – 1	13	1	0	14
1972 – 2	8	0	0	8
1973 – 0	7	1	1	9
1973 – 1	7	1	1	9
1973 – 2	11	3	0	14
1974 – 1	10	1	0	11
1974 – 2	14	2	1	17
1975 – 1	19	1	0	20
1975 – 2	16	1	2	19
1976 – 0	8	0	2	10
1976 – 1	36	3	0	39
1976 – 2	25	1	1	27
1977 – 0	7	0	0	7
1977 – 1	25	1	3	29
1977 – 2	27	0	4	31
1978 – 1	18	1	1	20
1978 – 2	13	0	0	13
1979 – 0	3	0	1	4
1979 – 1	30	1	2	33
1979 – 2	25	3	2	30
1980 – 0	2	1	0	3
1980 – 1	15	1	0	16
1980 – 2	31	1	1	33
1981 – 0	3	2	0	5
1981 – 1	20	0	3	23
1981 – 2	23	0	1	24
1982 – 0	1	0	0	1
1982 – 1	15	0	0	15
1982 – 2	14	0	1	15
1983 – 1	12	0	1	13
1983 – 2	15	1	1	17
1984 – 1	14	0	0	14
1984 – 2	23	0	1	24
1985 – 1	15	0	0	15
1985 – 2	1	0	0	1
1986 – 1	2	0	0	2
1986 – 2	2	0	0	2
1987 – 1	7	2	0	9
1987 – 2	17	1	0	18

1988 – 1	7	1	0	8
1988 – 2	2	1	0	3
1989 – 1	7	1	0	8
1989 – 2	3	4	0	7
1990 – 1	6	0	0	6
1990 – 2	2	1	0	3
1991 – 1	8	1	0	9
1991 – 2	11	1	0	12
1992 – 1	11	1	0	12
1992 – 2	7	2	0	9
1993 – 1	3	2	0	5
1993 – 2	10	2	0	12
1994 – 1	8	2	0	10
1994 – 2	7	1	0	8
1995 – 1	15	0	0	15
1995 – 2	11	4	0	15
1996 – 1	8	1	0	9
1996 – 2	4	0	0	4
1997 – 1	13	3	0	16
1997 – 2	12	3	0	15
1998 – 1	13	2	0	15
1998 – 2	19	3	0	22
1999 – 1	13	2	0	15
1999 – 2	16	7	0	23
2000 – 1	10	2	0	12
2000 – 2	15	8	0	23
2001 – 1	17	11	0	28
2001 – 2	16	6	0	22
2002 – 1	14	9	0	23
2002 – 2	17	11	0	28
2003 – 1	14	28	0	42
2003 – 2	39	9	0	48
2004 – 1	14	15	0	29
2004 – 2	24	7	0	31
2005 – 1	20	11	0	31
2005 – 2	26	4	0	30
2006 – 1	24	7	0	31
2006 – 2	29	18	0	47
2007 – 1	18	16	0	34
2007 – 2	22	4	0	26
2008 – 1	12	14	0	26
2008 – 2	22	12	0	34
2009 – 1	23	10	0	33
2009 – 2	18	10	0	28
2010 – 1	42	8	0	50
2010 – 2	22	6	0	28
2011 – 1	31	4	0	35
2011 – 2	27	13	0	40
2012 – 1	14	9	0	23
2012 – 2	9	4	0	13
2013 – 1	21	4	0	25
2013 – 2	21	8	0	29

---

\*Não identificados são aqueles que não se pode identificar o gênero do funcionário segundo seu nome.

**ANEXO B: Tabela com a quantidade de funcionários bibliotecários na BCE, segundo o sexo, entre os anos de 2000 a 2014.**

Quantidade de Funcionários/Bibliotecários da BCE entre 2000 e 2014				
Ano	Mulheres	Homens	Não identificados	Total
2000	25	2	0	27
2001	17	2	0	19
2002	15	2	0	17
2003	15	1	0	16
2004	20	2	0	22
2005	19	3	0	22
2006	17	3	0	20
2007	17	3	0	20
2008	17	4	0	21
2009	21	8	1	30
2010	24	10	1	35
2011	27	9	0	36
2012	29	7	0	36
2014	35	11	0	46

**ANEXO C: Tabela com o nome de ex-diretores e atual diretor, com data de entrada e saída da gestão.**

Diretores da BCE		
Nome do diretor e ex- diretores(as)	Data de Inicio	Data de Fir
Doris de Queiroz Carvalho	1962	1962
Edson Nery da Fonseca	1962	1964
Abner Lelis Côrrea Vicentini	1964	1967
Fernanda Leite Ribeiro	1967	1968
Elton Eugenio Volpini	1968	1976
Suzana Pinheiro M. Mueller	1976	1976
Maria Helena de Sá Barreto	1976	1980
Cybele Coelho Villares	1980	1985
Murilo Bastos da Cunha	1985	1990
Odilon Pereira da Silva	1990	1993
Eurídice de Carvalho S. Ferro	1993	1997
Murilo Bastos da Cunha	1997	1999
Moema Malheiros Pontes	1999	2001
Clarimar Almeida Valle	2001	2005
Maria José M. Serra da Silva	2005	2009
Sely Maria de Souza Costa	2009	2011
Emir José Suaiden	2011	-